



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE MESTRADO
ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

LARISSA DRIELLY DIB AZEVEDO MENDES

**FAVELAS EM CIDADES MÉDIAS: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA BELA VISTA EM
SANTARÉM - PARÁ.**

SANTARÉM - PA

2023

LARISSA DRIELLY DIB AZEVEDO MENDES

**FAVELAS EM CIDADES MÉDIAS: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA BELA VISTA EM
SANTARÉM - PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito parcial para aprovação no Exame de Qualificação. Linha de Pesquisa: políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional.

Orientador Prof. Dr. Joao Roberto Pinto Feitosa

Coorientador Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho

SANTARÉM - PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

M538f Mendes, Larissa Drielly Dib Azevedo
 Favelas em cidades médias: caracterização da Área Bela Vista em Santarém-Pará. /
Larissa Drielly Dib Azevedo Mendes. – Santarém, 2023.
 95 p. : il.
 Inclui bibliografias.

Orientador: João Roberto Pinto Feitosa.
Coorientador: Abner Vilhena de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Instituto de Ciências da Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

1. Favela. 2. Cidades médias. 3. vulnerabilidade social. I. Feitosa, João Roberto Pinto, *orient.* II. Carvalho, Abner Vilhena de, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 307.3364

Bibliotecária - Documentalista: Cátia Alvarez – CRB/2 843



Universidade Federal do Oeste do Pará
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica
Instituto de Ciências da Sociedade
Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade
Mestrado Acadêmico em Ciências da Sociedade



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ao décimo quinto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às 14h, no campus BMT, sala 205, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **Larissa Drielly Dib Azevedo Mendes**. A banca examinadora foi composta pelos professores **Dr. Abner Vilhena de Carvalho, UFOPA, coorientador, Dr. Rodolfo Maduro Almeida, UFOPA, examinador interno, Dra. Maria Mirtes Cortinhas dos Santos, examinadora externo, e João Roberto Feitosa, UFOPA, orientador**. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “**Favelas em Cidades Médias: Estudo do Caso Bela Vista em Santarém-Pará.**”, marcando um tempo de trinta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o Prof. João Feitosa, presidente, passou a palavra aos examinadores, para arguirem a candidata. Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi **APROVADA** a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de a candidata não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador, pelos professores avaliadores e pela mestranda.

Prof(a). Dr. _____ (Orientador)

Prof(a). Dr. _____ (Coorientador)

Prof(a). Dr(a). _____ – UFOPA

Prof(a). Dr(a). _____ - UFOPA

_____ - mestrando(a)



Emitido em 15/03/2023

CERTIDÃO OU ATA DE DEFESA N° s/n/2023 - ICS (11.01.08)
(N° do Documento: 8)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 16/05/2023 16:50)

ABNER VILHENA DE CARVALHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICS (11.01.08)

Matrícula: ###066#6

(Assinado digitalmente em 22/05/2023 18:54)

JOAO ROBERTO PINTO FEITOSA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMNPEF (11.01.07.13.01)

Matrícula: ###500#4

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 09:50)

MARIA MIRTES CORTINHAS DOS SANTOS

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

ICED (11.01.07)

Matrícula: ###99#5

(Assinado digitalmente em 16/05/2023 16:15)

RODOLFO MADURO ALMEIDA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ICED (11.01.07)

Matrícula: ###355#3

(Assinado digitalmente em 17/05/2023 11:50)

LARISSA DRIELLY DIB AZEVEDO MENDES

DISCENTE

Matrícula: 2020#####3

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: **8**, ano: **2023**, tipo: **CERTIDÃO OU ATA DE DEFESA**, data de emissão: **16/05/2023** e o código de verificação: **1a4296e933**

Dedico a Minha amada mãe Dianny Dib de Azevedo, que sempre foi minha maior
incentivadora.

AGRADECIMENTOS

À Deus e minha nossa senhora da Conceição.

À minha amada mãe, pois sem ti nada eu seria.

À minha irmã, fonte de toda minha força.

Aos meus orientadores João e Abner, por vestirem a camisa, saberem ouvir e ralar, orientar e desorientar, e caminharem comigo nesse percurso sinuoso.

À minha querida tia Elza Helena, por me ajudar, percorrer quilômetros, correr riscos, fotografar e me incentivar ao longo desse trabalho.

Ao meu padraсто Francisco e seu filho Emerson, por todo apoio.

À minhas amigas Leticia e Hanny.

Aos meus padrinhos Edna e Juarez Galvão, por toda ajuda e horas dedicadas.

Aos meus amigos de caminhada, que tive a sorte de encontrar nesse processo, Mônica, Joice, Jefferson.

Ao Rogerio Batista, presidente da associação de moradores Bela Vista, por toda ajuda e tempo dedicado a coleta de dados.

Aos meus amigos Vinicius e Ana Maria Ribeiro, por todo carinho e incentivo.

À minha vó Ana Maria, que pulou comigo em alegria ao saber que fui aprovada nesse em outros processos seletivos ao longo da vida. Minha eterna saudade.

As minhas avós Maria de Fatima e Maria de Nazaré. Mulheres de coragem que sempre superaram obstáculos, fonte de minha inspiração.

Aos meus professores de Graduação Diana Moraes e Reginaldo Abreu, por me auxiliarem no mundo da pesquisa, que teve seu início com vocês.

Aos demais familiares, amigos e professores que torceram, colaboraram e me incentivaram nessa e em outras jornadas.

Meu sincero obrigada!!!

*Pedimos, por favor, não achem
natural o que muito se repete!*

(B. Brench, A exceção e a regra).

RESUMO

O processo de favelização ocorreu como uma resultante do inchaço urbano devido ao intenso êxodo rural e imigração nas cidades mundiais, especificamente nas cidades brasileiras, as oportunidades e os investimentos industriais aplicados ao processo de urbanização se tornaram atrativos de diferentes nichos de necessidades humanas, a população migrava em busca de subsídios como trabalho, lazer, cultura e insumos básicos na perspectiva de ter uma vida melhor. Entretanto, as cidades não estavam fisicamente preparadas para o grau de ocorrências migratórias, segregando as áreas de acordo com seu poder aquisitivo e de influência social, a população que não estava nesse quadro era excluída das áreas com maior índice de investimentos e iam migrando para terras baldias ou com características ambientais que excluía o interesse e especulação imobiliária. Essas áreas de extensão se tornaram periféricas e com baixos índices de políticas públicas, onde moradia digna, mobilidade urbana, serviços públicos, institucionais e lazer são mínimos, segregando a cidade em seus centros e periferias favelizadas onde a população pobre se encontra com vulnerabilidade social, financeira e ambiental. O objetivo do estudo é caracterizar a favela Bela vista em Santarém/Pará. Para isso foi utilizado o estudo multimétodo, a combinação dos métodos quantitativo e qualitativo, serve para validar o viés da observação através da triangulação, onde se tem corroboração dos pontos individuais de cada método, permitindo a compreensão de um fenômeno, a pesquisa foi localizada na cidade de Santarém, Estado do Pará, Amazônia brasileira, precisamente na área Bela Vista, localizada na parte Sul da cidade e tem suas mediações áreas com características periféricas e ambientais como a APA Serra do Saúbal. Com isso o trabalho amplia a discussão sobre as periferias ao gerar conhecimento sobre a realidade da área caracterizada como Favela Bela Vista, com a possibilidade de criar um instrumento que auxilie de forma efetiva a criação e implantação de políticas públicas que compreendam a necessidade e a especificidade do local e dos seus moradores, além disso a pesquisa dá visibilidade a uma área desconhecida e informação à sociedade, sobre a realidade das ocupações no município.

Palavras-Chave: Favela, Cidades médias, Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The favelization process occurred as a result of urban swelling due to the intense rural exodus and immigration in world cities, specifically in Brazilian cities, the opportunities and industrial investments applied to the urbanization process became attractive to different niches of human needs, the population migrated in search of subsidies such as work, leisure, culture and basic inputs in the perspective of having a better life. However, the cities were not physically prepared for the degree of migratory occurrences, segregating the areas according to their purchasing power and social influence, the population that was not in this framework was excluded from areas with the highest investment rate and migrated to land wastelands or with environmental characteristics that excluded interest and real estate speculation. These extension areas have become peripheral and with low levels of public policies, where decent housing, urban mobility, public and institutional services, and leisure are minimal, segregating the city into its centers and slum areas where the poor population is socially, financially, and environmentally vulnerable. The objective of the study is to analyze the slum bela vista located in Santarém / Pará. For this, a multimethod study will be used, the combination of quantitative and qualitative methods, which serves to validate the observation bias through triangulation, where there is corroboration of the individual points of each method, allowing the understanding of a phenomenon, the research will be located in the city of Santarém, State of Pará, Brazilian Amazon, precisely in the spontaneous occupation Bela Vista, located in the southern part of the city and it has its mediations areas with peripheral and environmental characteristics such as the APA Serra do Saúbal. In this way, the aim is to expand the discussion on the peripheries and generate knowledge about the reality with the possibility of creating an instrument that effectively helps the creation and implementation of public policies that understand the need and the specificity of the place and its actors. In addition, it is expected to generate information for society about the reality of occupations in the municipality.

Keywords: Favela, Medium sized cities, social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 Localização favela Bela vista em Santarém – Pará.	22
Imagem 2 – Percurso de Mapeamento.	25
Imagem 3 - Aglomerados Subnormais	31
Imagem 4 - Bairro Ipanema.....	68
Imagem 5 – Mapa de situação	69
Imagem 6 - Mapa de sobreposição de sistema viário.....	70
Imagem 7 - Mapa de localização do Bairro Bela Vista.....	71
Imagem 8 – Mapa da divisão interna da grande área Bela Vista.	72
Imagem 9 - Rede de abastecimento de água por mangueiras cruzando as vias públicas.....	73
Imagem 10 - Sistema Viário e valas de esgoto a céu aberto	74
Imagem 11 - Mapa áreas de Risco P3 e P4.	76
Imagem 12 - Mapa área de risco P4.	77
Imagem 13 - Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.....	77
Imagem 14 - Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.....	78
Imagem 15 - Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.....	78
Imagem 16- Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.....	79
Imagem 17 – Casa construída com restos de materiais.....	81
Imagem 18 - Residências em alvenaria, situada em área com menor declividade.....	83
Imagem 19 - Residências em alvenaria, situada em área declividade acentuada.....	83
Imagem 20 - Croqui de ilustração - estrutura em palafitas	84
Imagem 22 - Croqui de ilustração - estrutura diretamente no solo.	84
Imagem 23 – Casa em madeira.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Infraestrutura Urbana e equipamentos públicos.....	67
Tabela 02 – Perfil humano.....	68
Tabela 03 – Taxa de renda por domicílio.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Abastecimento de energia elétrica	75
Gráfico 2 – Percentual de famílias com outras opções de moradia.....	80
Gráfico 3- Situação de moradia.	80
Gráfico 4 - Tipologias de moradias	82
Gráfico 5 - Nacionalidade.....	86
Gráfico 6 - Gênero	86
Gráfico 7 - Estado civil.....	87
Gráfico 8 - Grau de escolaridade	88
Gráfico 9 - Programa social.....	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABV** – Associação de moradores Bela Vista
- APA** – área de preservação ambiental
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- BR** – Rodovia Federal
- CF** – Constituição Federal
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IVU** – Indicadores de vulnerabilidade urbana
- MTLM** – Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia
- REURB** - Regularização Fundiária Urbana
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SEHAB** – Secretaria de Habitação e Regulamentação Fundiária
- SEMINFRA** – Secretaria Municipal de Infraestrutura
- SFH** – Sistema Financeiro de Habitação
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PA** – Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	18
1. INTRODUÇÃO	18
2. METODOLOGIA E O CORPO DA PESQUISA.	21
2.1 Tipo de estudo	21
2.2 Lócus da pesquisa	22
2.3 Sujeitos da pesquisa	23
2.4 Instrumento de coleta de dados	23
2.4.1 Visitas In – loco	23
2.5 Análise de dados	25
CAPÍTULO II	27
3. Favelas: Conceitos e terminologias	27
3.1 Discussões acerca das favelas e suas dinâmicas urbanas	27
3.2 A Favela como território urbano.....	33
4. ESTADO, FAVELA E VULNERABILIDADE	36
4.1 As áreas periféricas na perspectiva do Estado	36
4.2 Cidades na Amazônia.....	48
4.2.1 Favelas na Amazônia.....	52
4.2 Favelas: segregação urbana e vulnerabilidade social	59
CAPÍTULO III	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.	66
5.1 Tipificação da área Bela Vista	67
5.1.1 Grande área Bela Vista sob a perspectiva do Estado, em esfera municipal.	67
5.1.2 Grande área Bela Vista sob a perspectiva dos moradores.	70
5.2 Infraestrutura Urbana.	72
5.2.1 Saneamento básico, abastecimento hídrico e drenagem urbana.....	72
5.2.2 Energia elétrica	74
5.2.3 Áreas de risco	75
5.2.4 Tipologia do imóvel e situação de moradia.....	81

5.2.4.1	Casa de alvenaria.....	82
5.2.4.2	Casa de madeira.....	83
5.3	PERFIL HUMANO.....	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	927
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O processo histórico de ocupação das grandes cidades brasileiras apresenta um cenário desordenado tanto do ponto de vista social quanto urbano, devido a sua rápida e intensa urbanização (MARICATO, 2001). A maioria do crescimento urbano pode ser ligada ao êxodo rural, que no período considerado “desenvolvimentista” da economia brasileira, começou a crescer e perdurou entre as décadas de 50 e 80. Teve o seu auge entre 1960 e 1980, quando a mobilidade campo-cidade respondeu por 53% do crescimento da população urbana, como demonstra Harkot (2019).

Os motivos responsáveis pelo êxodo rural são complexos e diversos e não fazem parte do objetivo central desta pesquisa, mas, vale ressaltar a análise feita por Harkot (2019) ao afirmar que não é incorreto assegurar que com a interrupção e descontinuidade das políticas sociais levadas a cabo a partir do governo Juscelino Kubitschek e João Goulart, e especificamente nas políticas educacionais e de reforma agrária pelos militares após o golpe de 64, se apagaram as oportunidades de manutenção das populações no campo, atraídas para as áreas urbanas onde se constatava alguns tipos de políticas públicas, ainda que muitas delas adotadas pelo governo deposto tenham sido interrompidas.

Como os militares, regra geral, não tinham intimidade e experiência em planejamento territorial, urbano e social, não houve atenção nem apreço para tais temas. E os contingentes de imigrantes passaram a se localizar nas periferias onde implantaram habitações desconformes, muitas vezes em áreas de risco, sem planejamento prévio a partir de políticas voltadas para a habitação, saúde, educação, geração de emprego e renda, transporte e mobilidade, além de lazer para citar algumas das mais importantes (HARKOT, 2019)

Indo mais à fundo na perspectiva da cidade, existe uma estreita relação entre os atributos das nossas cidades e o modelo de desigualdades que se sobressaem na sociedade brasileira, que vai se dar “na vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, cujos fundamentos são as próprias desigualdades centralizadas na ocupação do solo” (RIBEIRO, 2004, p. 79). Diversos estudos já expressaram, com efeito, que a dinâmica urbana da cidade latino-americana tem como base a apropriação privada de várias formas da renda urbana, fazendo com que os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de

bem-estar social e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor. Ao mesmo tempo, grande parte da população, formada pelos trabalhadores é espoliada, por não serem reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo urbano de vida.

Leite (2010), associa esse padrão como uma resultante da urbanização, presente em cidades metropolitanas e médias, caracterizadas por seu poder de atração de migrantes. Lago (2003), aponta a dicotomia presente na discussão sobre a cidade “tais como formal-informal, integrado-excluído, favela-bairro, centro-periferia, sendo que em todas a (i)legalidade está presente como um dos critérios diferenciadores” (LAGO, 2003, p.10).

A ilegalidade presente na constituição da favela, inviabiliza as políticas públicas, o que constitui áreas com ausência de requisitos mínimos de bem-estar social (MARICATO, 2003). Diante dessa ausência de políticas sociais a população que ocupa a favela, vivência inúmeras formas de vulnerabilidade social (TANAKA, 2006). Esse cenário pode ser observado “sob a forma de condições de trabalho precarizadas, no difícil acesso a serviços básicos ou especialmente, na obstaculizada acumulação de capital social individual, coletivo ou cívico” (PIMENTEL, 2015, p.08)

A medição de desenvolvimento social, bem-estar, qualidade de vida da população, e vulnerabilidade social é um instrumento de interesse nacional e internacional de inclusão do nível de desenvolvimento de países ou áreas geográficas, no Brasil o IBGE ficou encarregado do sistema de Indicadores Sociais desde 1973 (SANTAGADA, 1993). Atualmente a construção de índices de vulnerabilidade é resultado de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Atlas Brasil.

Nesse contexto de ilegalidade e invisibilidade urbana, ausência de políticas públicas em áreas periféricas, o trabalho tem como objetivo caracterizar a área Bela Vista, com isso apresentar a situação de vulnerabilidade social na Favela Bela Vista em Santarém/ Pará, associando a falta de informação e reconhecimento público sobre a área, com a municipalização de políticas públicas habitacionais em cidades médias.

Santarém, cidade em análise, é considerada de médio porte e centro sub-regional do baixo amazonas no estado do Pará, que teve seu crescimento urbano acelerado com políticas públicas e ciclos atrativos que buscavam o desenvolvimento regional. Como outras cidades, o processo de crescimento populacional foi acompanhado de um crescimento de ocupação periférica sem ordenamento e planejamento por parte do poder público. Gerando com isso inúmeros problemas habitacionais.

O recorte de estudo denominado grande área Bela Vista tem sua geolocalização nas proximidades da APA (área de preservação ambiental) Serra do Saúbal, ao Sul da Cidade de Santarém e tem em suas mediações os bairros Nova República, Vitória Regia e Ipanema, configurando-se em uma área periférica da cidade, composta por dois recortes: Bela Vista I e II.

A intenção deste estudo, seguindo o que Pasternak (2016) e Pinheiro (2008) propõem, não é defender ou fazer uma apologia a algum tipo de padronização das necessidades de bem estar e moradia, mas ampliar a discussão sobre as periferias e gerar conhecimento sobre a realidade com a possibilidade de criar um instrumento que auxilie de forma efetiva a criação e implantação de políticas públicas que compreendam a necessidade e a especificidade do local e dos seus atores, além disso, espera-se gerar informação à sociedade, sobre a realidade das favelas no município.

Quando pensamos em favelas, nos remetemos diretamente as ocupações irregulares que ocorrem em morros e serras, isto é, em áreas com uma geomorfologia específica. Na Amazônia nos deparamos com outras formas de relevo, que não são contempladas por relevos acentuados, talvez por isso gere um certo estranhamento quando falamos na existência de favelas na região amazônica. Mas afinal, por que nos referimos à Bela Vista como favela e não somente como ocupação? Levando em consideração o contexto de insegurança urbana, falta de acesso às políticas públicas, exposição aos mais diversos riscos, falta de representação, irregularidade fundiária, ou seja, o cenário de vulnerabilidade que os cidadãos de Bela Vista estão inseridos, é um cenário semelhante aos dos indivíduos que habitam e compõe as favelas em outras regiões. O processo de favelização recente em que Bela Vista se insere é produto das contradições produzidas pela própria cidade, é claro, com as particularidades da dinâmica urbana amazônica. Em termos teóricos, ocupação e favela são conceitos distintos. A favela como subproduto da desigualdade, segregação e especialmente da falta de oportunidade se diferencia pela sua territorialização. As pessoas que se instalaram ali, produziram uma territorialidade de sobrevivência fincada na ausência de alternativas, isto é, não foi uma ocupação essencialmente intencional, com articulação política para reivindicação de direitos – especialmente direito à moradia -.

Para possibilitar uma discussão sobre os conceitos acerca do termo favela, suas potencialidades e déficits, a dissertação se encontrará dividida em capítulos: capítulo I – *introdução e metodologia e o corpo da pesquisa* e o capítulo II, suporte teórico sobre características e condicionantes que possibilitam a caracterização de áreas como favelas,

“*Favelas: conceitos e terminologias*”, aborda discussões teóricas dos conceitos-chave desta dissertação para dar sustentação e direcionamento a pesquisa.

Estado, favela e vulnerabilidade, busca analisar a postura do Estado compreendido em três esferas, (Federal, estadual e Municipal), perante o fenômeno favela, perpassando por seus diferentes posicionamentos desde a negação das Favelas a sua aceitação como parte da produção de cidade, e as principais políticas públicas voltadas à favela, e ao déficit habitacional em escala nacional e com ênfase em políticas públicas voltadas a Amazônia, buscando um arcabouço teórico sobre as dinâmicas de produção do espaço urbano amazônico.

Capítulo III: *Resultados e discussões*, tem-se estudo de caracterização da Favela Bela Vista, com o interesse fundamental em estudar seus elementos físicos-estruturais e suas espacialidades sociais em seu modo de vida cotidiano, estruturado em subtópicos que permitem passear pelo fenômeno de diferentes formas, desde a sua produção como resultante da cidade formal a sua configuração atual. O capítulo permite uma caracterização físico-social da área através do uso do solo e a análise de políticas, déficits de moradia, saneamento e estrutura urbana. E por fim, são apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas.

2. METODOLOGIA E O CORPO DA PESQUISA.

2.1 Tipo de estudo

Este estudo segundo a abordagem se caracteriza como multimétodo tendo em vista que:

Abordagem multimétodo é um desenho completo de pesquisa, que assume múltiplas formas de dar sentido ao mundo, e variadas maneiras de ver e ouvir, integrando métodos quantitativos e qualitativos, seja na coleta (geração) ou na análise de dados (OLIVEIRA, 2015, p.4).

De acordo com Oliveira (2015) a combinação dos métodos serve para validar o viés da observação através da triangulação, onde se tem corroboração dos pontos individuais de cada método, permitindo a compreensão de um fenômeno. A abordagem multimétodo permite que dados qualitativos, onde o “ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.128), considerando aspectos subjetivos que visa aumentar a compreensão dos fenômenos, e dados quantitativos que “requer o uso de recursos e técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelo pesquisador” (PRODANOV e FREITAS, 2013,

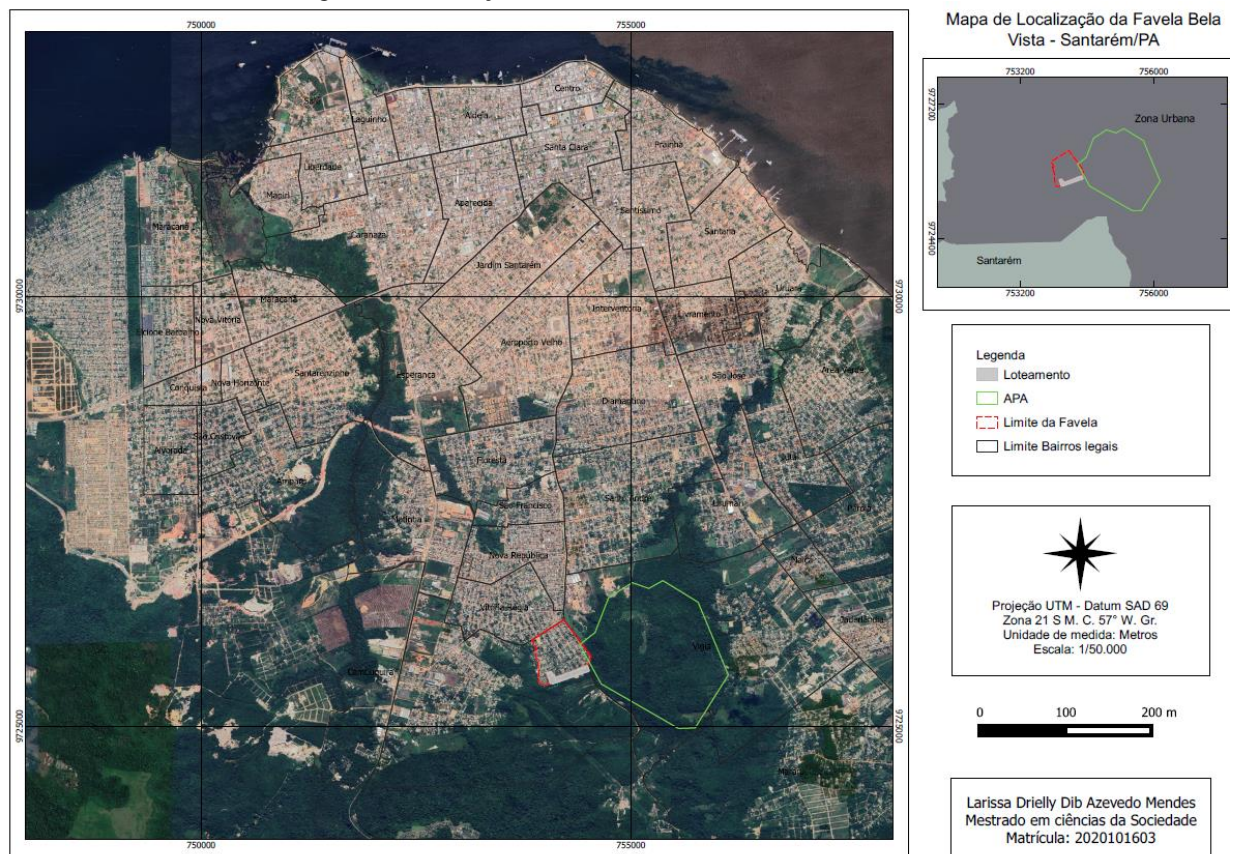
p.128).

No que se refere a procedimentos técnico é um estudo-pesquisa de campo exploratório descritivo estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis (MARCONI, LAKATOS, 2003).

2.2 Lócus da pesquisa

Esse estudo foi desenvolvido no município de Santarém, Estado do Pará, Amazônia brasileira, precisamente na ocupação espontânea Bela Vista, imagem 01, localizada na parte Sul da cidade e tem suas mediações áreas com características periféricas e ambientais como a APA Serra do Saúbal.

Imagem 1 Localização favela Bela vista em Santarém – Pará.



Fonte: Autora, 2022.

2.3 Sujeitos da pesquisa

Participaram da pesquisa os moradores com mais de 18 anos participantes do questionário de regularização fundiária coletado na associação de moradores da Área Bela Vista, presidente da associação de moradores Bela Vista, Rogério Batista Pereira, moradores maiores de 18 anos participantes da entrevista semiestruturada, Secretaria de Habitação e Regulamentação Fundiária (SEHAB), que disponibilizou o mapa base de Santarém por meio digital.

2.4 Instrumento de coleta de dados

2.4.1 Visitas In – loco

As visitas foram realizadas em etapas:

Etapa 1 – Reconhecimento de área, a primeira ida a campo, em busca de conhecer moradores, e encontrar lideranças locais, e conectar-me com a área.

Etapa 2 – Entrevista com o Presidente da associação Bela Vista.

Etapa 3 – Análise documental – tabulação *in loco* de fichas de moradores cadastrados na associação Bela Vista.

Etapa 4 – Análise documental – Tabulação externa dos questionários de regulamentação fundiária realizado por meio da associação de moradores.

Etapa 5 – Mapeamento da área.

2.4.2 Questionários de regularização fundiária – Associação de moradores Bela Vista.

Os dados contabilizados são referentes a uma base dados secundários oriundos de questionários aplicados por moradores integrantes da Associação Bela Vista, cedidos durante a etapa de análise documental realizada na associação de moradores.

No total obteve-se 610 questionários, esses foram digitalizados e tabulados durante dois meses. Esse processo consistiu em averiguar dados repetidos e validar o quantitativo de cada campo. Para a validação do questionário foi realizada uma análise de cruzamento de informações, um questionário por domicílio e data de aplicação. É relevante ressaltar que não foram contabilizados na pesquisa, os seguintes questionários:

- a) Questionários do mesmo domicílio, preenchido por diferentes familiares;
- b) Questionários onde somente o campo nome foi preenchido;

- c) Questionários ilegíveis;
- d) Questionários repetidos, com diferentes datas de aplicação.

Observando que no item **d)** foi considerado apenas o questionário datado mais próximo do período de tabulação. Somando um total de 426 questionários válidos, cada questionário equivalente a um domicílio, com um total de 658 participantes maiores de 18 anos de idade.

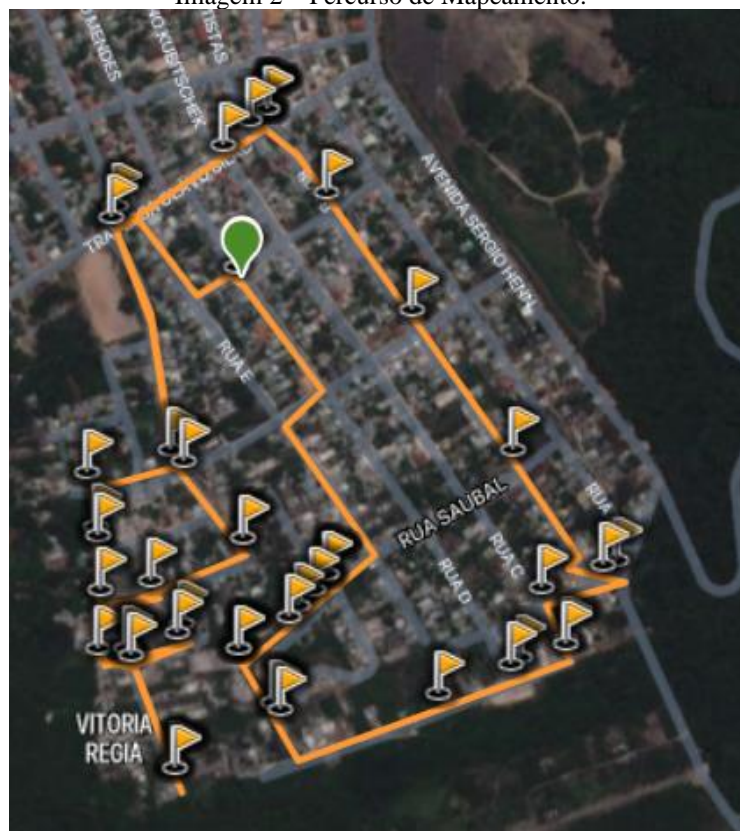
Após a validação dos questionários, as categorias foram tabuladas e quantificadas, baseadas em perfil social, econômico, infraestrutura urbana e posse de terra. Esse último item se destaca pelo teor da pergunta, não se referindo a posse de terra legal, mas a ocupação da terra, a legitimidade de posse aqui se refere ao uso e apropriação.

2.4.3 Base de georeferenciamento.

Correspondentes a duas bases de dados, Mapa 01, cartografado pela autora em 05/10/2022, em que se percorreu uma faixa de 4,10km da grande área Bela vista, contemplando as áreas mais acentuadas de relevo e todas as extremidades da área, representada na imagem 02. O mapeamento foi realizado com o auxílio do Presidente da Associação Bela Vista, devido a garantia da integridade física da pesquisadora, por se caracterizar como uma área de risco, a mesma tem conflitos internos e zonas de insegurança e áreas de maior grau de periculosidade (que não irão ser destacadas e mapeadas, por motivos de segurança), é recomendado que o trajeto de reconhecimento espacial faça-se com um guia local. Durante o mapeamento foi possível visualizar e destacar as divisões internas da área, suas nomenclaturas de vias, áreas consideradas de maior grau de risco, maiores índices de vulnerabilidades, como por exemplo, a falta de acesso a moradia digna, relatos de falta de alimentos, emprego e estrutura interna e urbana.

Dentre esses é possível destacar dois pontos extremos da visita. O primeiro, a visita ao chefe do tráfico, onde foi explicado o motivo do mapeamento e que iríamos fotografar a grande área. E o segundo, a Família aqui denominada de “X”, pois, para assegurar a integridade da família, que optou por não ser exposta no trabalho, onde a residência é, de acordo com a associação, a de maior risco. Construída em área de serra, onde o risco de desabamento em dias chuvosos é eminente, a edificação é em madeira que foi coletada e doada por outros moradores, não tem banheiro, água e energia, os chefes de famílias estão desempregados, a condição da família X, se repete as residências de suas proximidades, destacados nas imagens 11 e 12.

Imagem 2 – Percurso de Mapeamento.



Fonte: Autora, 2022.

A segunda base cartográfica, Mapa 02, consiste na base de dados da Prefeitura Municipal de Santarém, cedido por meio da Secretária de Habitação e Regulamentação fundiária, por meio digital no dia 12/09/2022.

2.5 Análise de dados

A análise dos dados ocorreu em duas etapas: na primeira etapa dos dados quantitativos provenientes dos questionários e mapeamento foram organizados no programa Excel e analisados pela estatística descritiva. E serão apresentados em tabelas, gráficos, imagens para descrever a área.

Na segunda etapa os dados provenientes das entrevistas, análise de documentos e observação serão analisados pela análise de conteúdo categorial de Bardin (2011), em que a análise de dados se organiza em três fases: **1)** pré-análise, **2)** exploração do material e **3)** tratamento dos resultados.

A pré-análise consiste na organização do material com o objetivo de torná-lo

operacional, sistematizando-o as ideias, sendo realizada em quatro etapas: **a)** leitura fluente; **b)** escolha dos documentos; **c)** formulação das hipóteses e objetivos; **d)** referenciação dos índices e elaboração dos indicadores. A exploração do material é a fase constituída pela categorização e a identificação das unidades de registro e de contexto nos documentos, onde é feita a descrição analítica do material. O tratamento dos resultados é feito com inferência e interpretação, momento da análise reflexiva e crítica. (BARDIN, 2006).

O segundo processo será a análise quantitativa dos dados levantados pelos questionários, mapeamento e georreferenciamento que consistirá na tabulação dos dados, através gráficos e tabelas com o software Microsoft Office Excel, a criação de mapas e comparativos de crescimento serão realizados com o programa de georreferenciamento Qgis, Google Earth e AutoCad.

Por fim foi realizado o processo de triangulação com a integração e corroboração dos métodos qualitativos e quantitativos com três possíveis vertentes:

Primeiro é de validação mútua ou corroboração, é o sentido mais comum e mais criticado, pelos motivos já expostos, em que a preocupação maior é com a validação mútua dos métodos e resultados da investigação, a fim de identificar as ameaças para a validade interna e externa. O segundo sentido é o de complementaridade na integração de diferentes perspectivas sobre o mesmo ângulo do fenômeno investigado – ou seja, ao observar o mesmo fenômeno de diferentes pontos de vista, consegue-se construir uma descrição e explicação mais completas. O terceiro é o de amplitude, observando diferentes ângulos do fenômeno a partir de diferentes métodos, no sentido de uma compreensão mais extensa e refinada do fenômeno que se quer estudar (KELLE, 2005 apud OLIVEIRA, 2015, p.7).

A partir da análise de cruzamento a opção é fugir “a explicação desenhada exclusivamente em resultados empíricos a nível estatístico” tendo em vista que está “pode negligenciar o papel de macroprocessos sociais” (CRESWELL e CLARK 2011, p. 8), não permitindo assim ver a abrangência do problema. O processo de triangulação numa abordagem multimétodo foi possível mapear a complexibilidade da grande área Bela Vista, aprofundando as discussões sobre os resultados encontrados na investigação.

CAPÍTULO III

3. FAVELAS: CONCEITOS E TERMINOLOGIAS.

3.1 Discussões acerca das favelas e suas dinâmicas urbanas

O contraste centro-periferia é considerado por Bacelar (2020), como “primeiro padrão de segregação”, pois são as partes que constituem a cidade por completo, e a divisão que separava a população pobre das classes média e alta, onde a periferia tem-se carência de serviços e equipamentos públicos e o centro é estruturado, reforçando assim a desigualdade socioespacial entre eles, e rotulando a favela como áreas precárias e com falta de investimentos públicos.

Diferentes fatores influenciam na dinâmica territorial da cidade, como exemplos: industrialização, globalização, especulação imobiliária, oferta de bens e serviço, o que incentiva seu crescimento horizontal, onde zonas sem estrutura para moradia possam ser ocupadas espontaneamente e constituídas por assentamentos humanos, que em sua maioria são formados por famílias de baixa renda, e nestes recortes as políticas públicas são mínimas ou inexistentes (MARICATO, 2003).

A crescente aglomeração da população urbana, como resultado do modo particular de desenvolvimento da sociedade capitalista, no que se refere à produção do espaço urbano, desencadeia, de um lado, a produção de áreas urbanas supervalorizadas e, de outro, a produção de espaços menos valorizados, para onde se deslocam as camadas de menor poder aquisitivo e onde os investimentos públicos e privados não respondem às reais necessidades dessas populações, especialmente no que refere aos investimentos de infraestrutura urbana e de serviços de consumo coletivo, gerando o fenômeno da segregação socioespacial (BESERRA, TEIXEIRA, 2016, p. 232).

A carência de efetivação dos governantes e de políticas públicas com serviços essenciais como: moradia digna, saúde, educação, segurança, infraestrutura e mobilidade urbana, encadeiam diversos problemas socioespaciais que desvalorizam a terra que na sociedade capitalista intensifica o processo de segregação e favelização urbana (MARICATO, 2003).

Com a falta de ordenamento urbano igualitário nas diferentes áreas gerou uma série

lutas para democratizar os direitos sociais urbanos, esses se intensificaram nas décadas de 1980 e 1990, pois as áreas centrais ou com moradores que detinham o capital, as políticas públicas eram efetivas e as áreas ocupadas por moradores de baixa renda eram excluídas da sociedade, um processo denominado de segregação socioespacial. (RABELLO, 2006).

Vale ressaltar em seu artigo 21, inciso IX, que “compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”, a Constituição Brasileira de 1988 colocou o ordenamento territorial como um instrumento de planejamento, elemento de organização e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado (PERES E CHIQUITO, 2012, p.6).

A falta de ordenamento faz com que a população com baixa renda vá para as áreas em que a propriedade é, em sua maioria, pública, ou em que propriedade privada não vigora, produzindo assim a chamada “cidade informal” ou “cidade ilegal”. (ROMANELLI; ABIKO, 2011, p.13).

Com base nos dados do UN-Habitat (2003) no ano de 2001, 924 milhões de pessoas viviam em áreas precárias de assentamentos (*slums*), o que significa mais de 31,6% da população urbana mundial estavam condicionadas a viverem em áreas precárias, Pasternak (2016), expõe que as favelas estão presentes em todas as regiões brasileiras e seus índices de crescimento ultrapassam os de crescimento de moradia formal ou legal.

Em 1991, segundo o Censo Demográfico, eram 3.187; no ano 2000, atingiram 3.906 assentamentos e, em 2010 (imagem 01), foi contabilizado 6.329 aglomerados. A estimativa apresentada pelo IBGE em 2020, consta que no ano de 2019, havia 5.127.747 milhões de domicílios ocupados em 13.151 mil aglomerados subnormais no Brasil, localizadas em 734 municípios, em todos os estados do país, incluindo o Distrito Federal. Entretanto:

Não há números gerais, confiáveis, sobre a ocorrência de favelas ou loteamentos irregulares em todo Brasil. Por falhas metodológicas ou ainda por uma dificuldade óbvia de conhecer a titularidade da terra sobre as quais as favelas se instalam, o IBGE apresenta dados bastante subdimensionados (MARICATO, 2000. p.154).

A falta de objetividade e de intervenção do poder público, tem como consequência a homogeneidade do termo que é sujeito a interpretação e generalização, que pode motivar pré-conceitos acerca dessas áreas e de suas nomenclaturas, Calvino (1972), em seu livro cidades invisíveis reforça que a observação vai além da superfície, contemplando as peculiaridades de cada processo, “as razões invisíveis através das quais as cidades viveram e, talvez, depois de mortas, reviverão”. (Calvino, 1972 apud Quaini, 2009, p.131)

“Favela, semifavela e superfavela... a isso chegou à evolução das cidades. [...], mas o que é favela?” (DAVIS, 2006, apud GEDDES, 1961, p.9). Favela consiste no nome popular de uma planta que é comum no sertão baiano, e teve sua popularidade durante a guerra de canudos, devido a sua incidência nos morros, a elevação na região foi denominada de Alto favela, com o retorno dos soldados a cidade do Rio de Janeiro, o cenário encontrado, os obrigaram a contestar os morros, estes eram popularmente chamados de favela.

Por uma falta de discussões sobre o termo, favela se tornou a nomenclatura para todo o território de morada dos pobres, um termo que foi depreciado e generalizado, o observatório favelas (2009), aponta que aos olhares externos o termo favela é o sinônimo de ausência e de “expressão do caos” (RELATÓRIO DE FAVELAS, 2012, p.16), onde a favela é vista de forma marginalizada, as políticas públicas instauradas não têm foco na qualidade de vida urbana desse território.

O mais grave é que, como o simbólico também é um componente de instituição do mundo social, as políticas públicas e os investimentos privados, assim como as ações de organizações sociais, terminam sendo orientadas por essas concepções. Nesse caso, muitas vezes, as ações nas favelas são mais vistas como formas de prevenção da violência do que direitos de exercício da cidadania; as iniciativas são fragmentárias; os investimentos são precários e a ambiência econômica é frágil (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009, p.17).

Entretanto, “uma definição de favela não deve ser construída em torno do que ela não possui em relação ao modelo dominante de cidade. Pelo contrário, elas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio territorial.” (Observatório de favelas, 2009, p.22). De acordo com Davis (2006), as favelas (*slums*) são um fenômeno mundial, que contêm a especificidade em cada território e espaço na qual está inserida, entretanto, tem-se um eixo comum que caracteriza a favela, a hierarquização do espaço urbano, que está diretamente ligado a segregação socioespacial, áreas com excesso de população, habitações precárias, sem equipamentos urbanos básicos.

Slums, para UN-Habitat (2003), denomina vários tipos de assentamento com precariedades, e se tornaram uma das manifestações da pobreza urbana dos países em desenvolvimento, as moradias para configurar esses assentamentos, devem ser privadas de acesso a água potável (mínimo de 20L por pessoa/dia), acesso inapropriado ao saneamento e infraestrutura, baixa qualidade estrutural da moradia, superpopulação (mais de três pessoas por dormitório de quatro metros quadrados), e insegurança residencial.

No Brasil, apenas no ano de 1980 foram especificados dados sobre favelas, formulando características que conceituavam as favelas, que eram constituídas por grupos de

moradias que se enquadrasse em dois dos seguintes itens:

- Proporções mínimas – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- Tipo de habitação – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;
- Condição jurídica da ocupação – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- Melhoramentos públicos – ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- Urbanização – área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2015 p.76).

A partir do censo de 1991 o conceito adotado foi o de “aglomerado subnormal”, um termo homogêneo para favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outro. O censo IBGE (2010), conceitua “aglomerado subnormal” como: É uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia - públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (BRASIL, 2010, p.10).

E são classificadas:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos);
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - Precariedade de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica) (BRASIL, 2010).

O IBGE (2010), enquadra no termo aglomerados subnormais categorias que são: invasão, loteamento irregular ou clandestino, áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente, categorizadas por critérios de padrões de urbanização e/ou precariedade e serviços públicos essenciais.

Imagem 3 - Aglomerados Subnormais



Fonte: IBGE, 2011

Bueno (2009), destaca que favela tem função na prática social do uso do solo, composta por uma população que necessita de investimentos públicos e incentivo a regulamentação de terras com estrutura e gestão planejadas. Com isso as favelas se constituem em tipologias por sua inserção urbana:

- Favelas em terrenos públicos de uso comum do povo (uso institucional, praças ou vilas públicas), u dominiais, com transbordamento para terrenos particulares ou não, com lotes unifamiliares ou casas de frente e fundos e alto e baixos;
- Favelas em terrenos particulares, com transbordamento para terrenos públicos ou não, com lotes unifamiliares ou casas de frente e fundos e alto e baixos;
- Loteamentos precários e irregulares promovidos por particulares (proprietários da gleba, loteadores ou associações de compradores), com lotes desdobrados e moradias autoconstruídas, em grande parte de frente e fundos e altos e baixos; em alguns casos as áreas destinadas ao uso público (praças, escolas etc.) estão ocupadas por favelas precárias;

- Loteamentos precários e irregulares promovidos pelo poder público, com infraestrutura e serviços parcialmente implantados, com edificações multifamiliares ou unifamiliares (conhecidos como os conjuntos habitacionais) e moradias autoconstruídas, algumas de frente e fundo e alto e baixos, não previstas, em alguns casos as áreas destinadas a uso público estão ocupadas por garagens, comércio informal; (BUENO, 2009, p.26).

Entretanto, para Freire (2008), a favela não deve ser considerada como uma categoria estática, mas sim compreendida em suas formas operacionais, incluindo seus atores, sua dinâmica cotidiana, suas interações sociais. As favelas se integram ao espaço urbano e têm diversidades dentro e entre si. Seus habitantes são trabalhadores que produzem e consomem, como outros que moram em distintos segmentos do tecido urbano” (PASTERNAK, 2006, p. 22).

Segundo Bacelar (2020), A diferença da favela para a cidade formal, sobressai o espaço construído, além de sua configuração espacial e tipologias de habitação, o “distanciamento social” é a mais marcante divisão entre elas. “Contudo, a favela não apenas como conceito, mas também como fenômeno urbano, pode ser ressignificada à medida em que ocorre a consolidação desse tipo de assentamento” (BACELAR, 2020, p. 31).

O observatório de Favelas considera que as favelas são territórios urbanos caracterizado em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes referências:

- Insuficiência histórica de investimentos do estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e se serviços;
- Forte estigmatização socioespacial, espacialmente inferida por moradores de outras áreas de cidade;
- Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado;
- Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia;
- Ocupação marcada pela alta densidade de habitações;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira;
- Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alta incidência de situações de violência, sobretudo é letal, acima da média da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2005, p.22).

Os critérios estabelecidos pelo Observatório de favelas foram pautados “princípios que se fundamentam em uma cidade diversa, una e plural, e que orientem uma gestão

metropolitana pautada pela justiça territorial” (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2005, p. 23).

Nesse sentido, dentro da própria contradição que a cidade cria, se estabelece uma fronteira que se instala na cidade: a cidade formal e a informal. As ocupações e as favelas¹ se situam no limite da informalidade, especialmente as ocupações que estão em um estágio inicial. Para Burgos (2015), o substantivo favela vai ganhando múltiplas conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que a ela modernamente se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade.

Também se incorpora ao vocabulário o verbo “favelizar”, e com isso o substantivo favela se vai emancipando de sua conotação original, presa à descrição do espaço, assumindo um significado transcendente, que remete a uma dimensão cultural e psicológica, a um tipo de subjetividade particular, a do “favelado”, homem construído pela socialização em um espaço marcado pela ausência dos referenciais da cidade. Daí que conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares – dois dos principais espaços de habitação popular das cidades brasileiras –, embora com um padrão mais formal de ocupação do solo, também possam “favelizar-se”, isto é, assumir características socioculturais semelhantes àquelas encontradas nos espaços típicos das favelas, do que é sintoma a existência dos tradicionais “donos do lugar”, e mesmo de gangues de traficantes de drogas e de armas em muitos desses aglomerados habitacionais. Compreendendo a pluralidade e a singularidade de cada território, e considerando os seus moradores como cidadãos, que devem ter seus direitos assegurados e consolidados em seu território.

3.2 A Favela como território urbano

Estudos sobre as formações de territórios e suas identidades pressupõe uma

¹ De uma perspectiva sociológica, a categoria “favela” não traduz apenas uma determinada forma de aglomerado habitacional, mais que isso, exprime uma configuração ecológica particular, definida segundo um padrão específico de relacionamento com a cidade. Um aglomerado habitacional transforma-se em “favela” à medida que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais que estabelecem interações particularizadas com as instituições da cidade. Historicamente, a categoria “favela” foi consagrada para nomear a forma de habitação popular construída nas encostas do Rio de Janeiro, ainda no final do século XIX, por uma população majoritariamente composta de ex-escravos que antes viviam nos cortiços existentes em áreas do entorno do centro da cidade. (BURGOS, 2005)

discussão sobre o próprio conceito de território e territorialidade, que são tidos como base dessa análise. Haesbaert (2004) afirma que território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Para Almeida (2017) a imprecisão do sentido de território autoriza o uso de várias acepções do termo, desde a referência ao espaço político limitado pelas fronteiras do poder até mesmo a uma alusão ao espaço efêmero de povos errantes, grupos sociais em deslocamento, como os ciganos, os sem-terra e os atingidos pela construção de hidrelétricas e barragens, nesse caso, insiro também os grupos em situação de ocupação habitacional em estado de vulnerabilidade e ‘ilegalidade’.

Saquet e Briskievicz (2009) compreendem a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os indivíduos têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Isso significa dizer que os autores entendem a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações- territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

Assim sendo, as favelas, bem como a ocupação do Bela Vista, se inserem em uma discussão territorial, pois envolve poder e a apropriação material e simbólica dos indivíduos, e territorialidade, uma vez que os sujeitos que compõe aquela área demarcam seu espaço a partir das suas identidades.

Os processos sociais contemporâneos buscam a discussão sobre os referenciais identitários da modernidade, visto que uma das principais marcas da atualidade é a redefinição do papel do Estado Nação. O que torna ainda mais complexo o estudo sobre território, e contempla uma análise que abrange diferentes formas de relações sociais e econômicas envolvidas nesse processo.

Os conceitos nunca são feitos através de limites ou Identidades claras, rígidas, e suas significações trazem sempre um potencial para releitura e integração com ou mesmo reinvenção de outros conceitos, território e territorialidade também se inserem nessa abordagem de alguma forma —híbrida (HAESBAERT, 2007b, p. 38).

Com isso, quando tentamos compreender as transformações produzidas nas

diversas formas de territorialidade no mundo contemporâneo, faz-se necessário, a discussão sobre diferentes vertentes acerca da temática.

Na análise das correntes tradicional ou clássica, destaca-se Ratzel (1844-1904), que se institui como um dos maiores formadores do conceito de território. Segundo Silva (2009), para Ratzel o território é constituído por uma relação homem e natureza, verifica-se, portanto, que nos estudos ratzalianos, o território se encaixa em uma categoria imutável. O que proporcionava certa regularidade dos resultados da ação do homem e do Estado no processo de ocupação do território, seguidos do positivismo enquanto método científico, o que torna ineficaz para elucidar sobre as relações de poder e relações sociais estabelecida no espaço geográfico. Relações estas que não processam somente o campo da macropolítica, mas sim no campo das ações sociais.

Silvestre (2011), com base em Raffestin, aponta que o território tem dois sentidos principais:

O território tem dois sentidos principais, um material e outro simbólico; o material liga-se mais ao controle e à dominação político-econômica, já o sentido simbólico refere-se a uma apropriação cultural e identitária do espaço. Ambos os sentidos são históricos e imanentes à vida social de um grupo num determinado lugar. Sociabilidade e (i)materialidade que caracterizam o território vinculado ao uso (i)material do espaço, mais definitivo ou temporário, a partir da atuação do Estado” (CICHOSKI, SAQUET, 2011, p.08).

O caráter dicotômico do território que versam na conceitualização do território tem-se desde sua raiz etimológica.

Pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico- política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (Haesbaert, 2005, p. 1).

Para Haesbarert, O binômio materialismo – idealismo, pontual duas perspectivas de análise, a visão “parcial” de território que enfatiza uma única dimensão (política, econômica, cultural ou natural) e a visão “integradora” de território que envolve todas as esferas, a fim de responder as problemáticas resultantes das dimensões que o constitui de forma conjunta (política, econômica, cultural ou natural).

Dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer

que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente ‘determinada’ pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que o território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra (HAESBAERT, 2009, p.42).

Desta forma, o território pode ser compreendido como sendo um espaço produzido socialmente, da qual as suas dinâmicas fundam-se das suas dependências estabelecidas entre sociedade e o espaço ao longo de um determinado processo histórico, ou seja, pode

ser considerado um produto da apropriação de um espaço por uma coletividade, constituído de relações de poder estabelecida por estes.

Assim, “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder” (COSTA 1991, apud. PERISSINOTTO, 2004).

“O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qual quer ação que então possa seguir-se” (2001: 41, *italico meu*). Nesse sentido, todo poder se justifica por si mesmo, porque é fruto da ação coletiva do grupo que o sustenta. Qualquer ação política futura deverá, para ser legítima (isto é, para ter “autoridade”) fazer referência a esse momento inicial (Arenth, 1981 apud PERISSINOTTO 2004, p.120).

A legitimação de um território é assegurada pelo grupo onde ele se manifesta. Partindo-se dessa premissa pretende-se analisar a configuração territorial da ocupação da grande Bela Vista, como produto do Município de Santarém, considerando sua configuração espacial e social.

4. ESTADO, FAVELA E VULNERABILIDADE

4.1 As áreas periféricas na perspectiva do Estado

Entre os agentes criadores das favelas e periferias, percebe-se a presença e a atuação dos proprietários fundiários e industriais, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos, como afirma Rêgo e Cavalcante (2021). Para Corrêa (1989, apud REGO e CAVALCANTE, 2021) este último (os grupos sociais excluídos) é apontado como agentes, constituídos pela maioria da população que não tem acesso à habitação, sendo este um dos bens cujo acesso é restrito na sociedade capitalista. A partir das ocupações, estes, tornam-se agentes

modeladores, produzindo seu próprio espaço de acordo com suas reivindicações. Ainda de acordo com os autores, o espaço de uma cidade é capitalista, constituído por um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, e, a partir desse quadro, se dá a organização espacial, sendo também um espaço fragmentado e articulado, pois as relações sociais são advindas de uma natureza social, tendo como fonte a própria sociedade de classes e seus processos.

Sobre os três primeiros agentes, Corrêa (2004) aponta que, ainda pode haver diferenciações nas estratégias deles, bem como conflitos entre eles. Porém, a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é justamente o da reprodução das relações de produção, implicando na continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo especificamente ao Estado. É sobre a atuação do Estado em relação ao espaço urbano, especificamente as favelas, que queremos expor nesta parte da dissertação.

Santos (2015) entende o Estado como uma entidade política de poder instituído que tem a capacidade de agir sobre um território e uma população qualquer. Leis e normas fazem parte da atuação do Estado, pois é uma entidade legitimada por uma ordem jurídica que assegura o funcionamento das instituições. O Estado é um poderoso agente de transformação e valorização do espaço na modernidade. Ele, através de suas ações e regulamentações interfere de forma ativa no mercado de terras. O Estado seria o principal responsável por obras de infraestrutura em “prol da coletividade”. Segundo o autor, os planos diretores e as leis de uso e ocupação do solo são os maiores exemplos de interferência de poder público no espaço.

Para Santos (2015) é necessário ressaltar que o Estado tem a capacidade de criar centralidades urbanas a partir da provisão de infraestrutura, fazendo com que, espaços antes com pouco valor se tornem atrativos e valorizados. O Estado, portanto, é também um parceiro necessário do capital para qual sua reprodução frente à propriedade imobiliária.

Se tratando de loteamentos populares ilegais e mal localizados, isto é, distante do centro, as características destas periferias urbanas são: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão da morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos (quando se tem). Corrêa (2004) diz que tais loteamentos ilegais face à legislação urbana em vigor, em pouco tempo são legalizados, e por pressão popular conseguem alguns poucos serviços de infraestrutura por conta do Estado.

O Estado atua intensamente também na organização espacial da cidade. Segundo ainda Corrêa (2004), a atuação do Estado tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo assim na dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Dessa forma,

sobre o Estado:

É através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo entre outras normas de zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem à população, que o Estado se torna alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana (p. 25).

O Estado dispõe de um grande conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. Dentre a complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado (regulamentação do uso do solo; obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infraestrutura; controle e limitação dos preços das terras etc.), o Estado não é compreendido como se fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, estando acima das classes sociais e de seus conflitos. Para Corrêa (2004), sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como da aliança entre eles. Tendendo a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos das classes dominantes que, a cada momento, estão no poder.

Lembrando que, a primeira ação do Estado em relação ao problema habitacional brasileiro foi a proibição de cortiços no centro da cidade do Rio de Janeiro em 1893. Isto é, as formas mais comuns de moradia popular até meados de década de 30, passam a sofrer restrições pelo governo durante o período do Estado Novo (FREIRE, 2006). Outrossim, as primeiras ações governamentais para com às favelas foi tentar a sua extensão e inibir a construção de novas a partir de leis.

O Estado, sendo entendido em três escalas político-administrativas: federal, estadual e municipal, a cada uma delas a forma de atuação do Estado muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. Queremos destacar uma parte importante de Corrêa (2004):

É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia, cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais (p. 26).

Dessa forma, levando em consideração a atuação do Estado na esfera municipal em prol das elites locais, em um quadro que se tenha a disputa proprietários versus grupos sociais excluídos, o Estado tenderá a “resolver” o conflito de forma a beneficiar o grupo dominante. Pois como bem afirma o autor: a atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, ou seja, condições que possibilitem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.

Freire (2006) afirma que a postura do Estado variou muito ao longo do tempo, passando desde a negação da existência da favela para sua aceitação como fenômeno urbano e sua integração à cidade formal.

Para o autor, as ações e as políticas públicas para as favelas foram elaboradas nas três esferas do governo, isto é, federal, estadual e municipal, e variaram bastante na sua forma e na sua intensidade em função do momento político, econômico e social que atravessava o país. Podemos interpretar que inicialmente mobilizou o governo federal, pois não só as favelas surgiram no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, sede do governo federal, como até meados dos anos 1980 do século passado, as políticas públicas em relação à habitação no Brasil estavam mais centralizadas na esfera federal que atuava em todo o território nacional, prioritariamente através do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação). Mais tarde, com a falência do sistema de provisão habitacional federal, a questão da moradia e especialmente das favelas passa a ser de responsabilidade dos estados e municípios.

Em relação às ações e políticas públicas do Estado para as favelas no âmbito do governo federal, Freire (2006) utiliza Denaldi (2003) para dividir estas ações em três momentos distintos: até o surgimento do BNH, durante o BNH e após a extinção do BNH. Não vamos nos deter exclusivamente nesses três períodos, mas gostaríamos de destacar que na tentativa de erradicação das favelas, o Estado Novo tentou viabilizar diversos projetos habitacionais. Diante do fracasso das iniciativas governamentais, percebe-se que é neste período que vai se fortalecer a ideia de que a resolução para o problema habitacional do Brasil, estava na aquisição da casa própria.

Os programas e as iniciativas do Estado que visavam “resolver” o problema habitacional do país, se baseavam na remoção compulsória das favelas, pois o que imperava no imaginário brasileiro era que a favela se constituía enquanto um lugar marginal; um ambiente sujo e doente, onde poderia se disseminar conteúdos excessivamente populares, isto é, comunistas.

Freire (2006) diz que durante o governo de Getúlio Vargas, a atuação

governamental sobre a questão da habitação ocorre especialmente em dois sentidos: controlar o mercado de aluguéis e promover a habitação através das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

A lei do Inquilinato, promulgada em 1942, "congelou" os valores dos aluguéis e acabou por desestimular a construção de moradias para o aluguel, forma predominante de moradia até então, empurrando a população não proprietária para as alternativas informais de habitação, engrossando ainda mais a população favelada. Por outro lado, a produção dos IAPs, sendo restrita aos associados dos institutos de previdência, não atendia às populações mais pobres, como os moradores em favelas (p. 58).

Como o mercado rentista foi se desestruturando e o Estado foi se tornando incapaz de financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, se criou uma crise habitacional que viria a consolidar uma série de expedientes de construção de casas à margem do mercado formal, baseados no autoempredimento da moradia. No Rio de Janeiro consolidou-se a favela e em São Paulo a periferia precária (FREIRE, 2006).

Denaldi (2003) afirma que na primeira metade do século XX, os governos passam do “desconhecimento” da favela às políticas marcadas pelo controle e repressão ou clientelismo. Neste sentido, o Estado passa a virar os olhos para às favelas, que até então eram invisíveis e ignoradas.

Sob a mira do Estado, as favelas passam a lidar com a tentativa de “higienização” urbana. Este tipo de “limpeza” não é assunto novo no Brasil, visto que desde o século XIX, os intelectuais da época já visavam ações de higienizações do país. A “sujeira” que precisa ser limpa e combatida tem classe e cor.

Nesse sentido, Freire (2006) expressa que o Estado passa da negação da favela, propondo a sua erradicação - alternativa defendida até a década de 1960 -, para o atendimento da favela em programas "alternativos", de pequena abrangência e desligados do eixo central da política habitacional, na década de 1970. Nos anos 1980, o tema que envolve a favela é compreendido como um problema dos municípios e se faz pouca coisa. Nos anos 1990 o discurso do governo federal evolui no sentido de priorizar os programas para a baixa renda, mas o volume de recursos alocados assim como a regulamentação para a sua utilização não permitiram que os resultados fossem expressivos.

De acordo com as colocações de Freire (2006), Maricato (2003) diz que afirmar que é preciso produzir moradias para a população que há muitas décadas não tem opção senão as formas ilegais não ajuda a dar solução para a cidade que se formou sem considerar as leis, sem acesso a recursos financeiros e sem acesso a recursos técnicos de engenharia, arquitetura,

urbanismo, paisagismo, saneamento básico etc.

Para a autora, se fosse possível remover para novas e melhores localizações todos os moradores de favelas, esta seria a solução mais acertada. Entretanto, os números mostram que isso é impossível. Remover compulsoriamente os moradores das áreas ambientalmente frágeis parece extremamente lógico e racional até que os dados quantitativos sejam conhecidos².

Depois de resistir em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas. Essa mudança se consolidou nos anos 80, quando muitos governos municipais perceberam que era mais viável economicamente, e até mais urgente, se levarmos em conta as normas de saúde pública, realizar a urbanização das favelas do que remover seus moradores para novas moradias, pois “a urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida.” (MARICATO, 2003).

É justamente a partir dos anos 1980, no contexto da redemocratização do país e com o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, que alguns municípios como Recife, Belo Horizonte e São Paulo começam a desenvolver as primeiras políticas públicas de urbanização das favelas, indo mais além do que os projetos alternativos ou experiências isoladas. (DENALDI, 2003; FREIRE, 2006).

Conforme Corrêa (1981), a evolução da favela, isto é, sua crescente urbanização até se tornar um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um grande período de tempo, vão melhorando suas residências e empregando atividades econômicas variadas. De outro, advém do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões estimuladas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Essa urbanização, contudo, ocasiona uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros.

Para adentrarmos na atuação do Estado na Amazônia em relação às favelas, precisamos nos atentar as particularidades da complexidade dos aspectos urbanos na Amazônia, em especial dos processos que envolvem ocupação ilegal e favelização.

² Para que se compreenda melhor a crítica da autora, segue a citação: “Na bacia do Guarapiranga, manancial de água que serve a 1/3 da população do município de São Paulo, moram mais de 600.000 pessoas. No outro manancial, localizado também na região sul do município, a bacia Billings, moram mais de 750.000 pessoas. Nas favelas de São Paulo moram aproximadamente 2 milhões de pessoas. Em capitais mais pobres, onde o problema do saneamento é mais crítico, como Belém, Maceió, Recife, São Luís, os problemas são proporcionalmente maiores.” (MARICATO, 2003)

Grande parte dos problemas atuais enfrentados pelas populações que habitam a Amazônia são consequências de um conjunto de ações políticas empregadas pelo Estado, do qual o objetivo central era promover o progresso, o desenvolvimento e a modernização para a região amazônica. O discurso que se disseminava era o de que a Amazônia era “atrasada” e necessitava se desenvolver e crescer, isto é, as cidades também deveriam fazer parte do projeto de desenvolvimento e progresso e isso estimulou, de forma intensa, a migração da zona rural para a zona urbana, ou seja, para as cidades.

Se tratando da Amazônia, partir da década de 1960 uma nova reestruturação do espaço amazônico se manifestou na Amazônia, dessa forma, com a atuação fundamental do Estado e do grande capital. Por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, inaugurou-se uma fase de rápida ocupação do território, com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território (JÚNIOR, 2015).

Nesse processo, as estratégias de desenvolvimento tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento territorial, que, não obstante a continuidade existente entre eles, sugerem geometrias bem diferenciadas: os pontos (polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental) (JÚNIOR, 2015).

Para Júnior (2015), as cidades inseridas ainda na ideia de região-programa, constituída por meio da Amazônia Legal, notadamente a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, cada macrorregião foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional e, mesmo tendo em conta que o fenômeno de metropolização esteja presente com processos similares nessas mesmas macrorregiões, chamam atenção, no caso amazônico, as particularidades que essas referidas metrópoles guardam em face de suas sub-regiões.

Nesse contexto, o autor expõe as fontes de expansão urbana decorrente da integração regional pós-1960, como por exemplo, Manaus com a criação da Zona Franca. É dentro desse contexto que a diferenciação regional interna que um processo de urbanização difusa ocorre igualmente em diversos pontos do espaço regional e no interior dessas macrorregiões, mais ou menos impactadas pelas novas vias de circulação e por diversas frentes econômicas que se renovam ao longo do tempo (JÚNIOR, 2015).

A forte presença do Estado compõe a estratégia do modelo de regionalização calcado nas regiões polarizadas, seja por meio da criação de infraestrutura; seja através da instalação de órgãos de planejamento e financiamento; seja, ainda, por concessão de incentivos/subsídios fiscais/creditícios à grande propriedade rural e aos fluxos de capital. Este

tipo de regionalização adquirida a partir dos polos, acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em ondas migratórias distintas. Eles foram responsáveis pela presença construção de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as sedes políticas de novos e de antigos municípios (JÚNIOR, 2015).

A presença de projetos³ que visam o “desenvolvimento” alteram a configuração urbana das cidades da Amazônia, e estas alterações podem ocasionar no êxodo rural, no inchaço urbano e nas ocupações ilegais, pois com a expectativa de crescimento econômico, que normalmente acompanha a implantação de novos empreendimentos, faz com que as populações rurais se movam para a cidade.

O Estado, dessa forma, age como incentivador da instalação destes projetos que tem como lógica a exploração e a expansão urbana. Outra questão trazida por Júnior (2015) é que estes projetos de exploração tendem a ter seu processo de gestão repassado para os governos locais e não mais às empresas a elas associadas, sobrecarregando a responsabilidade da esfera municipal em dar conta dos impactos e das implicações locais geradas por esses empreendimentos. Com a esfera municipal encarregada de tantos processos e pouco corpo técnico para isso, a questão urbana, especialmente das áreas ilegais é relegada e invisibilizada.

Da instalação destes projetos desenvolvimentistas e do discurso da modernização, as populações pertencentes à cidade passam a lidar com a alta insalubridade urbana, como aumento da violência, especulação imobiliária, tráfico de drogas, aumento do preço no comércio, e muitas das vezes, a população pobre acaba por ser “empurrada” para as áreas menos localizadas, onde a infraestrutura urbana é nula. Nestes espaços, pode vir a ocorrer uma espécie de favelização.

No âmbito do centro urbano de Belém, onde há um número exorbitante de favelas, Brandão (2016) contextualiza as ações governamentais e os incentivos privados que moldaram

³ A exemplo da instalação da graneleira Cargill em Santarém, exploração do cobre em Canã dos Carajás, no sudeste paraense, pela Vale S.A.; em relação à exploração da bauxita, no Município de Juruti, no Baixo Amazonas, sob o comando da Alcoa; e em relação ao Projeto Onça Puma (Vale S.A.), voltado para a exploração do níquel no sul do Pará, e que tem como "comunidades hospedeiras" as cidades de Ourilândia do Norte e Tucumã, ou como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais especificamente nos Municípios de Vitória do Xingu e Altamira, sudoeste do Pará, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (JÚNIOR, 2015)

o sistema urbano da capital do Pará até se tornar o que é hoje. Para a autora:

O montante de recursos oriundos da borracha colaborou para que estas diretrizes sanitárias fossem colocadas em prática, especialmente nas áreas elegidas pelas elites. Entre 1906 e 1915 foram executados 45 km dos 79 km projetados para o primeiro sistema de esgotamento da cidade de Belém. A abertura de grandes avenidas arborizadas em terrenos secos viria a suprir a demanda da burguesia que se estabelecera com a borracha. O poder público, nesse período, seguiu com o planejamento no desenho urbano, inclusive para áreas até então periféricas como o bairro do Marco, em traçado retilíneo e ortogonal (p. 96).

Os avanços adquiridos nos serviços de infraestrutura foram realizados mediante grande dependência do capital estrangeiro. A indústria local era incipiente e a exportação do látex se mantinha como base da economia até que a concorrência asiática desbancou o monopólio amazônico e contribuiu para o declínio do ciclo da borracha, a partir de 1912. É fato que os anos de prosperidade deixaram um legado de infraestrutura urbana para o período posterior, no qual Belém ainda figurava com destaque no contexto nacional. (BRANDÃO, 2016)

No tocante ao saneamento, as iniciativas de unificação do sistema de saneamento do governo federal pelo país, representadas pela atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), também tiveram repercussão em Belém. Os investimentos deste breve período resultaram em uma importante obra para a drenagem urbana, relacionada com os esforços de saúde pública: os “Diques de Belém”. Construídos em 1944, para ajudar na drenagem das águas pluviais próximas ao centro, os Diques criaram uma via marginal na porção sul da cidade, a “Estrada Nova”, contígua a estes na intenção de evitar as inundações da orla do Rio Guamá. Esta via foi, posteriormente, de grande importância para a ocupação destas terras (BRANDÃO, 2016).

Ainda nesse contexto, Santos (2019) afirma que algumas preocupações foram mais importantes e guiaram a nova fase do projeto para a Amazônia: o projeto de expansão e modernização agrícola (avanço do agronegócio), a industrialização e o reconhecimento da importância da geopolítica da região. O principal objetivo dos projetos desenvolvimentistas focados na região era no âmbito econômico. Em busca de eficiência econômica, o Estado modernizou suas instituições e entre 1968 e 1974, construiu na Amazônia um espaço político com o objetivo central de exercer o controle social sobre o território. Constituído por normas, leis e hierarquias nacionais, sua base logística se encontra nas cidades que assumem um papel importante na apropriação física e no controle do território. São determinantes deste processo:

a criação de redes de circulação rodoviária, telecomunicações urbanas, subsídios aos fluxos de capital por meio de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento, formação de um mercado de trabalho regional, dentre outros.

Como resultado da construção das rodovias, das megaobras e pela atração de mão-de-obra, as cidades amazônicas começaram a passar por intensos processos de urbanização e crescimento econômico, seguindo a lógica da Peri urbanização. Seguindo o acelerado crescimento da população urbana na Amazônia acompanhada pela expansão horizontal das áreas urbanas, as demandas emergentes ultrapassaram em muito a capacidade dos municípios em garantir o acesso a serviços básicos como moradia, acesso à água, energia, saneamento ambiental, entre outros. (SANTOS, 2019). Isto é, a urbanização na Amazonia se espacializa de forma atrofiada, bem como a atuação do Estado também é.

Diante da breve historicidade, periodização e particularidades das ações do Estado em relação aos problemas urbanos, especificamente das favelas, destacamos a variação da sua postura ao longo dos anos. Entretanto, mesmo com as mudanças, o Estado mantém sua ausência ao ignorar e invisibilizar às populações que necessitam de moradia, deixando de cumprir seu papel.

A Constituição Federal de 1988, especificamente na Emenda Constitucional Nº 26, do ano 2000, assegura os seguintes direitos: “Art. 6º São direitos sociais e educação, a saúde, o trabalho, a *moradia*, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma desta Constituição.” (grifo nosso), (BRASIL, 1988). No que tange as responsabilidades do Estado, destacamos especialmente a responsabilidade do Estado para com a moradia como direito essencial à população.

Como bem explicitado na CF de 1988, o Estado deve zelar pela organização e manutenção da sociedade, concedendo-lhes também a assistência para que, de fato, estes direitos sejam garantidos. É por meio das políticas públicas que o Estado se comunica e cumpre seu dever com a sociedade. Mas será que estes direitos são assegurados à toda a população brasileira? Nossos olhos e os dados constatarem outra realidade. E que é justamente pela falta destas políticas públicas que a população pobre encontra nas ocupações ilegais, nas favelas e nas periferias, uma alternativa de moradia.

Levando em consideração a postura do Estado na esfera municipal em relação às favelas, especificamente a ocupação Bela Vista, em Santarém, no Pará, nos deparamos com inconsistência de dados por parte do site oficial da Prefeitura Municipal de Santarém, que é reflexo da ausência do município em relação às ocupações ilegais. Bela Vista é uma ocupação em processo de favelização recente, onde aparentemente ainda está sendo ignorada pelo

município. Porém, ao verificarmos o portal da transparência da Prefeitura Municipal de Santarém, no que se refere a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Contrato Nº 034/2022/SEMINFRA), encontramos o processo administrativo Nº 2022/017/1107, que tem como objeto a: “Contratação de empresa especializada em serviços de terraplanagem para manutenção de vias no município de Santarém-PA – Operação Verão.”

No valor total de R\$ 4.690.000,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa mil reais), a empresa contratada teria que cumprir as obras civis de terraplanagem nos seguintes bairros de Santarém: Nova República, Vitória Régia, Ipanema, *Bela Vista*, Matinha, Urumari e Interventoria. (grifo nosso). Na cláusula do edital do contrato, conta-se com o prazo máximo exigido para a execução dos serviços em até 06 (seis) meses a contar da sua data de assinatura, sendo a data base do presente contrato em junho de 2022.

Observamos que em nenhum outro documento que se refere à urbanização da cidade de Santarém, há a presença da ocupação *Bela Vista*. No que se refere ao documento de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Santarém – PA 2020 – 2023, não encontramos nenhuma menção à *Bela Vista*. O mesmo acontece nas ações de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) de Santarém. O único documento em que vimos a existência da ocupação *Bela Vista* por parte da Prefeitura Municipal é justamente no edital de contrato em que há a captação de recurso. Dentre as secretarias e os órgãos responsáveis pela urbanização e pela regularização dela, ainda se fazem ausentes no que se refere à *Bela Vista*. A invisibilidade só desaparece quando surge a oportunidade de arrecadar milhões para obras de terraplanagem, que não sabemos se, de fato, será realizada no local.

Em relação a Regularização Fundiária Urbana (Reurb), Art. 1º que:

Ficam instituídas nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, as normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária no território do Município de Santarém e o Programa de Regularização Fundiária Municipal - PROMURF - bem como o Projeto Municipal para Regularização Fundiária de interesse social (Reurb-S) e de interesse específico (Reurb-E) doravante denominado - MORAR LEGAL ((PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2019).

Dentre as normas e procedimento aplicáveis à regularização fundiária, no Art. 20 fica explícito os objetos que constituem da Reurb, a partir do município. Sendo eles:

I - Identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

Reforçando a postura que o Estado na esfera municipal deveria manter, a Reurb ainda diferencia dois tipos de núcleos urbanos no âmbito da ilegalidade:

II- Núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização.

III - Núcleo urbano informal consolidado: aquele já existente há mais de 5 (cinco) anos, na data da publicação desta Lei, de difícil reversão, considerado o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

Sendo assim, as ocupações e as favelas ficam à mercê do Estado, que primeiramente nega a existência, depois tenta combatê-las e caso haja grande pressão popular, ele é obrigado a reconhecê-la, bem como garantir assistência. Como já vimos na Constituição Federal de 1988, e nas leis municipais em relação ao Reurb, o Estado tem o dever de amparar e reconhecer o núcleo urbano que se constitui na informalidade. Sendo suas ações muitas das vezes contraditórias e insensíveis, o Estado é responsável por resolver os conflitos urbanos e instalar políticas públicas que possam assegurar a cidadania às populações em áreas ilegais.

Como bem expressa Valim e Rasga (2018), o uso desses territórios pela população empobrecida promove uma ruptura com o processo normalizado de urbanização, realidade que desnutre, desampara e desabriga esses cidadãos. Mas, que ao final os une. A unicidade resiste às mazelas. Para as autoras, os dramas e as tramas sociais que envolvem a problematização dos direitos sociais têm revelado que os fundamentos democráticos do Estado de Direito estão relegados à uma categoria de inexpressividade de ações eficazes. Para elas, as favelas parecem ser um lugar condenado às violências de todas as ordens, isto é, as favelas têm sido um palco de sucessivas e frequentes estigmatizações por parte das instituições estatais, especialmente da polícia, por isso é importantíssimo friccionar um debate sobre a (in)governabilidade que é exercida no espaço edificado das favelas, discutindo também a existência de um padrão de governança especial movido pela mortalidade.

As favelas não são um fenômeno atual, muito menos insignificante. Manifestar marcadores socio territoriais excludentes no espaço urbano é se direcionar a um processo intenso de segregação, precarização e degradação da decência humana. Viver e resistir em território urbano periférico é estar à frente de Estado que se faz em ausências. O Estado enquanto um agente estruturador do espaço urbano é um debate longo e complexo, estando-nos assim distante de esgotar a discussão.

4.2 Cidades na Amazônia.

Nos estudos referentes a dinâmica urbana do Brasil, há teorias e conceitos que tentam dar conta de responder essa dinâmica urbana em sua diversidade, porém, em que medida estes estudos e estas discussões sobre a urbanização no Brasil de forma mais ampla ocupam-se em compreender às particularidades regionais de um ambiente como o amazônico? As cidades e o processo de urbanização na Amazônia se diferenciam dos demais processos urbanos, em especial da urbanização referente as regiões sul/sudeste. Logo, a teorização sobre a urbanidade e as cidades no Brasil nem sempre consegue corresponder com a realidade local, tendo que haver conceitos próprios para a região amazônica.

Um exemplo de teoria urbana regional amazônica pode ser representado pelo conceito de “Cidades na floresta” trabalhado atualmente por Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior⁴. As cidades na floresta, no entender do autor, qualifica os núcleos urbanos criados para atender aos “grandes objetos” econômicos, implantados na região principalmente a partir da década de 1960, e que ficaram conhecidas também como *company towns* ou como cidades-empresa.

Júnior (2010) reitera que ao discutir a urbanização brasileira, não se transpõe de maneira literal e com a mesma equivalência para o caso amazônico. O autor utiliza a expressão “cidades na floresta”, procurando fazer a diferenciação face a outro tipo de cidade, as “cidades da floresta”, que, acredita-se, terem predominado até meados do século XX, quando então a Amazônia passou a vivenciar seu processo de efetiva integração territorial ao Nordeste e ao Centro-Sul brasileiros. Assim, definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que considerem a relação das mesmas com seu respectivo entorno e com os processos que a região vivenciou a partir de sua efetiva integração nacional.

Para Júnior (2010) as “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural

⁴ Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Ocupa a cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, é pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbano diversidade na Amazônia. Sendo referência em Geografia Urbana e Regional, em Direito Urbanístico e em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos seguintes temas: teoria regional e regionalização; produção social do espaço e direito à cidade; políticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial; e cidades, urbanização e urbano diversidade na Amazônia.

não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia.

Já as “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que se encaminham a articulação que envolve principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana “sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (p. 118)

A forma de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que necessariamente com a realidade interna. Diz respeito, em grande parte, a cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa (Carajás-PA, Porto Trombetas-PA e outras), que servem de apoio aos grandes projetos econômicos, instalados na região para atender às demandas de recursos do mercado externo.

Ainda segundo Júnior (2010), diferentemente das cidades-empresa, existem aquelas que não são enclaves urbanos, mas cidades locais, com forte ligação com os espaços que lhes são próximos. É o caso das cidades ribeirinhas, que têm interações intensas com o entorno imediato, sendo, por isso, consideradas “cidades da floresta” por excelência, tal o papel que cumprem na interação com o entorno e com o ritmo da floresta. Aqui indago o questionamento: seria Santarém uma cidade ribeirinha, isto é, uma cidade da floresta?

As cidades ribeirinhas, dessa maneira, têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural.

São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural). Por isso, são, a rigor: a) cidades pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral, de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água e, ainda, o tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto

espacial onde se inserem, do padrão de seu ordenamento intraurbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais (JUNIOR, 2010, p. 119).

Em decorrência destas últimas características, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado meio técnico-científico informacional⁵ se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico. De qualquer maneira, o autor afirma que não podemos pensar essas realidades como sendo excludentes e duais. Pelo contrário, a convivência de relações, de temporalidades, de espacialidades e de padrões territoriais, nos faz reconhecer a complexidade do processo de urbanização na região.

Compreender a presença das “cidades na floresta” e das “cidades da floresta” é importante para refletir sobre a diferenciação regional brasileira que marca a dinâmica urbana. A dinâmica da rede urbana de uma cidade da floresta, ou cidade ribeirinha, da qual a cidade de Santarém pode ser enquadrada, tende a criar um conjunto de relações que colocam em dúvida a estrutura sólida da rede urbana tradicional. Por ter um processo urbano diferenciado, os resultados da exclusão e da desigualdade presentes nas cidades amazônicas vão se dar de forma diferenciada, como por exemplo, as ocupações tidas como informais ou ilegais, que nas outras regiões do Brasil passam a ser chamadas de favelas.

No texto *Pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados* (1999) de José Ademir de Oliveira, ressalta que é preciso compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade. Os conflitos existentes em alguns lugares podem ser observados em outros, o que não quer dizer que sejam dotados da mesma dinâmica, embora existam pontos em comum, como por exemplo a confrontação estabelecida, de um lado, pela determinação do Estado do capital que visam à construção de um espaço homogêneo, hierarquizado e controlado e, de outro lado, pelas práticas espaciais exteriorizadas nas ações concretas dos vários agentes sociais que criam mecanismos de resistência para garantir o direito à diferença. Disso decorre que a produção de um espaço não se constitui apenas da determinação do Estado e do capital. Embora esta determinação seja dominante, ela não é exclusiva.

Oliveira (1999) é eficiente ao analisar as cidades da Amazônia, pois segundo ele, chega-se à maioria das pequenas cidades pelo rio e delas é possível contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no

⁵ Teoria elaborada pelo geógrafo Milton Santos que diz respeito à evolução dos processos de produção e reprodução do espaço geográfico.

horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar. A paisagem do dia a dia é avistada de longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima sem pressa de chegar. De vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios assemelham-se a um quadro emoldurado pela folhagem verde-escuro da floresta em que lhe garante, “parecendo um recanto sedutor” (p. 200).

No entanto, segundo o autor, a aproximação se encarrega de restabelecer a realidade, e o quadro de moldura passa a ter outra dimensão. Essas pequenas cidades tem um padrão bem característico com ruas e caminhos que terminam invariavelmente no porto. A rua de frente ou a primeira rua comporta as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha etc. Para Oliveira (1999) as pequenas cidades da Amazônia, parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, pois de perto toda a dimensão da beleza que existia no primeiro olhar esvai-se no arruinamento caótico, nas casas com fachadas desbotadas e precocemente velhas, entretanto, esta paisagem contém vida, sentimentos e emoções que traduzem o cotidiano das pessoas.

Destaca-se alguns pontos trazidos pelo autor, considerando o cotidiano das populações que se situam nas cidades da Amazônia. Para ele, o cotidiano pode ser o ponto de partida para a investigação da realidade. O cotidiano pode ser também receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia a dia e, no caso, nos confins da Amazônia. E mais: é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança da vida, pois ele também possui uma dimensão da riqueza não apenas material, concentrada nas mãos de poucos, mas virtual, que reproduz a vida e que se direciona para o fato de que o social não se restringe ao econômico. Além disso, é no nível do cotidiano que as relações se humanizam, se contrapondo a uma globalização que tendência a homogeneizar costumes e modos de vida. Portanto, é no cotidiano que emergem as resistências.

Levar em consideração o cotidiano na investigação das pequenas cidades da Amazônia não se constitui enquanto um despropósito. Afinal, a cidade (pequena ou grande) é o lugar onde as pessoas vivem bem ou mal, ricas ou miseráveis. É nesse cotidiano que elas deixam de ganhar a vida, em um duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. É onde buscam-se mecanismos que proporcionem a reprodução de uma nova vida não só econômica, mas social e cultural. É nas pequenas cidades da Amazônia que se coloca de forma mais clara a tendência de imposição do cotidiano como parte de um processo de homogeneização baseado na predominância do valor de troca e do valor de uso (OLIVEIRA, 1999).

4.2.1 – Favelas na Amazônia

Antes de adentrarmos nos processos de favelização na Amazônia, é necessário a inquietação: de qual Amazônia estamos falando? Não é a pretensão aqui se aprofundar, por exemplo, no que tange a Amazônia Legal ou a PAN - Amazônia, mas queremos nos centralizar na Amazônia que é compreendida a partir da região Norte do Brasil. Diante da extrema dificuldade em acessar um referencial teórico acerca das favelas na Amazônia e da pouca produção sobre isso, esta parte do texto irá da escala nacional à regional.

Pasternak (2016) assegura que historicamente, o acesso à moradia para a população pobre no Brasil se deu, em geral, de forma precária e a partir de três tipos básicos de moradia: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, com moradia própria e autoconstrução. Falar de favela é falar das cidades grandes e médias no Brasil no final do século XX e início do século XXI. Por mais que isso tenha nascido como uma marca da cidade do Rio de Janeiro, já no início do século XX, nas últimas décadas do século, as favelas se fizeram presentes na maior parte das grandes cidades brasileiras e, desde 2000, também nas cidades médias.

Freire (2006) afirma que a origem das primeiras favelas no Rio de Janeiro está ligada ao fim da guerra dos Canudos em 1897, que trouxe à capital federal inúmeros ex-combatentes que se instalaram no Morro da Providência que se localizava atrás das guarnições militares. A reforma produzida por Pereira Passos (1902-1906), para mudar a cidade do Rio de Janeiro em uma bonita e moderna capital, para assim atrair investimentos externos, também fez crescer as incipientes favelas de então. O desmonte dos morros, a abertura de avenidas, notadamente a Avenida central e a destruição de centenas de casarões e prédios antigos, muitos deles ocupados por cortiços, expulsaram as populações pobres que residiam no centro da cidade para as áreas distantes ou para os morros ocupados por favelas. Neste período, buscava-se a modernização da capital e a “higienização” da urbanidade.

Ainda conforme o autor, que os diferencia das formas de ocupação urbana na periferia assume, são, em relação ao uso residencial, os seguintes: urbanização de status e urbanização popular. As estratégias dos proprietários variarão segundo suas propriedades se localizem nas áreas onde domina uma ou outra forma.

Oliveira (2007) a favela deve ser reconhecida, tanto materialmente quanto simbólica e culturalmente como parte da cidade. A cidade por ela passa e nela expande as suas redes. A favela, como parte da cidade, está no mundo das mercadorias, do mercado imobiliário (e da renda que ele pode oferecer), da produção cultural e de serviços. Muitas delas já se urbanizaram ou estão em processo de urbanização e regularização por iniciativa do poder

público, com projetos/programas de urbanização, ou por iniciativa dos próprios moradores que, apesar das condições adversas em que sobrevivem, estão sempre procurando melhorar/ampliar suas residências e suas condições de habitabilidade. Como pontua Oliveira (2007) “a favela é um espaço em permanente mutação e desenvolvimento como toda a cidade e a metrópole.” (p. 57)

Nesse contexto de urbanização popular, Maricato (2003) expressa que é nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: encostas dos morros, beira dos córregos, áreas de mangue, áreas de proteção aos mananciais... Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas. São nesses espaços que irão se constituir as áreas periféricas.

O trabalhador e a trabalhadora que são empobrecidos, não conseguem mais pagar o aluguel e encontram na favela a alternativa para moradia. Maricato (2009) diz que Favelas – que implicam invasões de terra – e loteamento ilegais são as principais formas de adquirir a habitação da maior parte da população, e, evidentemente, a parte mais pobre. Bairros são construídos fora da legalidade urbanística e frequentemente em áreas ambientais frágeis.

O crescimento urbano é quase que indissociável da exclusão social. Maricato (2000) corrobora com esta afirmação, pois segundo a autora, desde a emergência do trabalhador e da trabalhadora livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão, já se tem início do problema da habitação. Quando o trabalho se transforma em mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado. Mas isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final.

Conforme Maricato (2000), Joaquim Nabuco já previa que o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, mesmo muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atuam hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas (MARICATO, 2000).

Desse forma, como já abordamos as particularidades das cidades amazônicas, reiteramos que estudar o urbano nestas cidades é necessário que haja um olhar distinto, cujo prisma deve se levar em consideração tanto as dinâmicas próprias desse lócus tão diversificado quanto a relação que a maioria dessas cidades possuem com os rios, as manifestações culturais

que elas apresentam, modos apropriados que seus povos possuem de falar, de se divertir, de se comportar, de se alimentar, assim como as relações que estas possuem com elementos históricos que ao longo dos tempos tem influenciado no seu processo de formação (CASTRO e SIMÕES, 2019).

Embora falar em favelas na Amazonia ainda cause uma espécie de espanto, elas existem e resistem. Segundo o levantamento sobre áreas urbanas feito a partir de imagens de satélite captadas entre 1985 e 2020, realizado pelo Mapbiomas (2020), a Amazônia lidera o percentual de crescimento das ocupações informais do território: 18,2% do crescimento urbano nesse bioma foi em áreas informais. Os estados desse bioma também lideram quando o total da área é analisado. No estado do Amazonas, a informalidade responde por 45% da área urbanizada; no Amapá, 22%; no Pará, 14%; e no Acre, 12,6%. Apenas o Espírito Santo, com 21,5%, tem maior participação da informalidade no total de área urbanizada de seu território do que os estados da Amazônia.

No mesmo estudo realizado pelo Mapbiomas (2020), foi analisado o quanto da área total urbanizada é ocupada informalmente, e Manaus, Belém e Salvador se destacam. Nas duas grandes capitais da região norte, a informalidade tem sido a regra nos últimos 36 anos, já que, nos dois casos, os percentuais se mantêm acima dos 50%. Belém tem 51% de sua área urbanizada ocupada pela informalidade, enquanto em Manaus esse percentual é de 48%.

Entre as capitais da região norte, Belém, no Pará, fica em primeiro lugar em relação ao aumento de favelas, tendo mais da metade do seu território ocupado por elas, e logo em seguida vem Manaus, no Amazonas. A configuração dos conjuntos de aglomerados metropolitanos na região norte, nos quais se destacam Belém/PA e Manaus/AM, está imersa na periferização.

Amarozo (1981) já destacava que a Amazônia, em geral, e o Amazonas em particular, estavam sofrendo um rápido deslocamento do eixo rural-urbano. As populações rurais, levadas por necessidades de educação, cuidados médicos, ou apenas esperanças de horizontes mais amenos, procuravam cada vez mais as capitais. Isto é especialmente notório, no caso de Manaus, principalmente após a criação de uma zona franca de comércio e importação em 1967. Na percepção da autora, estas famílias que chegavam à Manaus provenientes do interior encaixam-se geralmente (entre as de menor poder aquisitivo da zona urbana, vindo engrossar, portanto, a faixa da população mais vulnerável economicamente. Vindo a se concentrarem em locais ainda não urbanizados, sem água, luz ou arruamento.

Cardoso *et al* (2017) expressa que os problemas enfrentados atualmente pelas populações da Amazônia são consequência de uma série de ações políticas empreendidas pelo

Estado nacional, cujo objetivo principal era levar o desenvolvimento, a modernidade e o progresso para a região. O discurso de que a Amazônia deveria se desenvolver; crescer e que as cidades deveriam fazer parte desse progresso fez com que se estimulasse um processo de migração intenso da zona rural para as cidades. Esse processo de migração ocasionou um crescimento desordenado na zona urbana em muitos municípios da região, levando à ocupação de áreas de interesse ambiental ou de ocupação ilegal, como o caso da favela Bela Vista, em Santarém, no Pará. Nesse sentido, a cidade de Santarém torna-se um importante centro urbano a ser debatido, pois:

Esse município tornou-se um importante polo urbano na região oeste do Pará, em que a configuração espacial da cidade se consolidou sem planejamento, o que provocou a ocupação de áreas de relevância ambiental que passaram a ser ocupadas em consequência do crescimento populacional, aliado a ausência de políticas públicas eficientes, o que pode ter estimulado ocupações irregulares. Sendo o aspecto econômico um dos que motivaram essa situação, devido a necessidade de moradia e ascensão social, sem considerar a necessidade da conservação da biodiversidade e dos aspectos éticos e culturais vivenciados pela população local (CARDOSO *et al*, 2017).

Santos (2019) assegura que um dos principais desafios é a garantia de moradia digna e acesso aos serviços urbanos para a população mais pobre. Santarém, uma cidade média da Amazônia, não foge à regra e apresenta um sistema urbano problemático. A compreensão dos desafios na garantia de moradia e acesso aos serviços urbanos pode ser compreendida por dois meios. Primeiro, pela apresentação do papel da cidade de Santarém na formação da rede urbana amazônica. Segundo, pela apresentação da história da própria cidade e de suas contradições.

Já é sabido que a configuração urbanística amazônica se constituiu a partir de dois principais aspectos: os rios e as estradas. Santos (2019) reitera que até a década de 1960, seguindo as fases de desenvolvimento econômico da região, as redes constituídas na Amazônia se formaram a partir dos rios. A partir da década de 1960 foram realizados projetos nacionais voltados para a integração da região ao contexto nacional. Com este objetivo foram abertas estradas e rodovias, que passaram a ser novos indutores para a formação das redes urbanas na Amazônia.

Nesse contexto, após 1950, o território passou a se conectar ao resto do Brasil, isto é, passou a integrar o país de forma mais efetiva, mas também veio a se tornar um espaço com forte influência internacional.

No nível internacional a Amazônia passou a ser reavaliada e revalorizada com o objetivo de preservação ambiental. As mudanças que se

processaram como resultado da conexão do território local ao nível nacional e internacional não apenas aprofundaram desafios e problemas já conhecidos – como a problemática ambiental, a questão industrial, a questão agrícola, a questão da terra, mas também criaram novos desafios. Ainda assim, os resultados deste modelo de desenvolvimento, incluindo os desafios, são os instrumentos por meio dos quais os habitantes da região reivindicam seu futuro e seu bem viver (SANTOS, 2019).

Na região oeste do Pará, projetos desenvolvimentistas tiveram alto impacto ambiental, econômico e social. São exemplos destes projetos: a BR-163, ligando Cuiabá à Santarém e a BR-010, ligando Belém à Brasília, os projetos de hidrelétricas, além da expansão da fronteira agrícola do norte do Mato Grosso para toda a região oeste do Pará, induzida principalmente pela construção das estradas e pela construção e inauguração do porto da Cargill em 2003. Como principal cidade da região oeste do Pará, a cidade de Santarém exerce importante papel na articulação do território e foi grandemente impactada por esses projetos de desenvolvimento. Porém, ao se adotar um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, desconsiderando as características locais específicas, as desigualdades preexistentes no território foram aprofundadas. E a Amazônia enquanto território de intervenções históricas tem uma característica comum que pode ser notada: a destruição, seja em seus aspectos econômicos, em que prevalece a pilhagem dos recursos. (SANTOS, 2019).

Santos (2019) aponta que desde a fundação da cidade de Santarém, ela desempenhou um relevante papel no cenário regional do ponto de vista da articulação política, econômica e financeira do oeste do Pará. O município se desenvolveu em função dos rios e do papel desempenhado por eles na formação do sistema urbano regional da Amazônia. Com a política desenvolvimentista a partir de 1950, a abertura de estradas e a construção de novas infraestruturas, Santarém também passou a desempenhar uma importante função no eixo rodoviário.

Por mais importante que seja do ponto de vista da articulação econômica do território, a cidade de Santarém mascara diversas desigualdades. Segundo o IBGE, Santarém tinha 46,5% da população total vivendo em 2010 com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que o colocava na posição 111 de 144 dentre as cidades do Estado e na posição 2078 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Como as demais cidades médias brasileiras, um dos maiores desafios urbanos é a garantia de acesso ao saneamento ambiental adequado. Nomenclatura na qual estão incluídos: acesso adequado ao esgotamento sanitário, a energia elétrica, a água e a coleta de lixo. Em Santarém, em 2010 apenas 38,1% dos domicílios possuíam acesso adequado ao esgotamento sanitário e apenas 7,8% de domicílios urbanos se localizavam em vias públicas com urbanização adequada – com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (Censo, IBGE, 2010) (SANTOS, 2019).

E assim a cidade foi expandindo as carências de acesso, especificamente para as populações mais pobres. O crescimento urbano se deu a partir de um núcleo urbano seguindo a lógica da Peri urbanização. Acompanhado a esse processo de expansão urbana, verificou-se a distribuição dos aglomerados subnormais para os novos eixos de ocupação. Este processo de expansão urbana foi e ainda é acompanhado pelo crescimento da cidade sobre as antigas áreas rurais e pela Peri urbanização no entorno da cidade. (SANTOS, 2019).

Na cidade de Santarém, Rêgo e Cavalcante (2021) trazem alguns apontamentos interessantes sobre o Plano Diretor de Santarém, criado sob a Lei nº 20.534, no ano de 2018, os Artigos 3º e 4º, que propõem os princípios e as diretrizes do Plano Diretor Participativo do município. Destacando as diretrizes que se referem ao direito à moradia digna, há:

Item I – justiça social; item IV – respeito à função socioeconômico-ambiental da propriedade; item V – aproveitamento pela coletividade de parte da valorização imobiliária inerente à urbanização; item VI – direito universal à moradia digna. Diretrizes: item VI – regularização fundiária; item VII – urbanização de áreas ocupadas prioritariamente por população de baixa renda; item VIII – ordenação e controle do uso do solo. No Art. 6.º, que discorre da função social, econômica e ambiental da propriedade urbana e rural, ao qual consta no item V: a facilitação do destino da terra à moradia digna, com a ampliação da oferta de habitação para as faixas de baixo poder aquisitivo (SANTARÉM, 2018) (RÊGO e CAVALCANTE, 2021).

É justamente nessa perspectiva de luta pelo direito à moradia e direito à cidade que surge, no ano de 2011, a ocupação urbana Vista Alegre do Juá na em Santarém-PA, localizada na zona oeste da cidade. Na pesquisa de Rêgo e Cavalcante (2021), se compreende que a origem do bairro se deu por meio de ocupação urbana coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), uma organização social que efetivou no local a continuação e permanência da ocupação na cidade de Santarém.

De acordo com informações coletadas em entrevista, o MTLM atua na cidade de Santarém desde 2011, contando com a participação popular para expandir os espaços de habitação na cidade em terras que não cumprem a função social e que eram lugares sem nenhum tipo de uso e/ou destinação na margem da rodovia municipal Engenheiro Fernando Guilhon, onde hoje está situado o bairro Vista Alegre do Juá (RÊGO e CAVALCANTE, 2021).

Atualmente, o bairro Vista Alegre do Juá já é apreendido, de certa forma, como um bairro legal, mas inicialmente enfrentou muitos entraves por conta da sua ocupação ilegal, havendo até mesmo o embargo pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, onde se concedeu a decisão judicial em que determinava a reintegração de posse da área ocupada. Desse processo,

ocasionou até mesmo a prisão da principal liderança desse movimento de ocupação, que envolvia uma complexa teia com Área de Proteção Ambiental (APA) e proprietário fundiários.

Segundo Rêgo e Cavalcante (2021) resolver a situação fundiária da área, no que se refere a regularização dos imóveis da ocupação, foi amplamente utilizado como campanha política na escala local, por candidatos à prefeitura do município, devido às pressões tanto dos ocupantes por meio de suas organizações, quanto da repercussão de pesquisas desenvolvidas em universidades, pois vários trabalhos foram realizados sobre a ocupação/bairro Vista Alegre do Juá.

A regularização da área foi aprovada somente após o “sinal verde” para a continuação das obras da empresa Buriti-Ltda, com o intuito de construir um residencial de alto padrão ao lado da ocupação. A referida construção chegou a ser interditada em meados de 2018 por meio de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal – MPF e Ministério Público Estadual – MPE, devido aos impactos socioambientais causados pela obra ao Lago do Juá e na vegetação remanescente do local (RÊGO e CAVALCANTE, 2021).

Ainda conforme as autoras, atualmente as mais de 5.000 famílias residentes aguardam as etapas a serem seguidas até que seja de fato regularizada, mas para além dos caminhos legais no que concerne a propriedade da terra, almejam acesso a políticas públicas como escolas, posto de saúde, saneamento básico, entre outros necessários para a mínima qualidade de vida. O bairro Bela Vista do Juá, pode ser compreendida também como favela, pela forma como se deu sua ocupação, por ainda estar na ilegalidade, pelo contingente de pessoas e devido ao perfil de vulnerabilidade socioeconômica⁶ das pessoas que compõe o bairro.

Quando procuramos informações sobre a ocupação Bela Vista, em Santarém, Pará, ocupação esta que é o objeto de estudo desta dissertação, nos deparamos com uma série de inconsistência de dados. Quando fazemos buscas pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Santarém, encontramos confusões e trocas de nomes, como por exemplo, a confusão entre a ocupação em processo de legalidade Vista Alegre do Juá e a ocupação Bela Vista, sendo

⁶ De acordo com Rego e Cavalcante (2021), a maioria das famílias residentes no bairro, não possuía moradia própria (80,3%), sendo que destes, cerca de 60% moravam de aluguel (dados coletados em 2018 por meio de um questionário socioeconômico). Os moradores relataram que não havia condições de arcar com as despesas de aluguel, devido aos 10 valores mensais de locação dos imóveis, considerado altos em relação à renda das famílias, que em sua grande maioria sobrevivem com menos de um salário-mínimo.

denominada erroneamente de “Bela Vista do Juá”, nome este que não existe.

4.2 Favelas: segregação urbana e vulnerabilidade social

Corrêa (1981) afirma que na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo, as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. Para o autor, a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: grande parcela da população não tem acesso, ou melhor, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e digna e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, embora não ocorra isoladamente: correlatados a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e até mesmo o emprego mal remunerados.

Maricato (2009) informa que excluída do mercado privado e das políticas públicas, a grande da população brasileira “se vira” ocupando as terras que, em geral, são completamente inadequadas para a ocupação, constituído ali suas próprias casas, num processo demorado, com pouquíssimos recursos.

Os grupos sociais excluídos analisados por Corrêa (1981) têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – antigas residências que no passado foram habitadas pela elite local e que se acham degradadas e subdivididas -, a casa que é produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela.

É sobre o cotidiano sofrido, desigual, insalubre e quase que invisível da Favela que este trabalho se debruça. A cidade produz paisagens excludentes, que quebram a harmonia e a beleza que a cidade tenta manter, por isto a cidade é contraditória. Estas paisagens do medo, do perigo e da pobreza estão à margem da sociedade. A cidade informal, isto é, as ocupações, favelas, periferias etc. se inserem nesse contexto. O cotidiano que a cidade tenta esconder e o Estado combater sobrevivem em um cenário de completa insegurança e medo.

Seguindo ainda a linha de entendimento de Corrêa (1981), é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço. A produção desse espaço é, inicialmente, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.

Resistência e sobrevivência aos obstáculos impostos aos grupos sociais recém expulsos do campo ou advindos de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam, sobretudo, pelo direito à cidade.

Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças. Trata-se de uma apropriação de fato. No plano imediato a favela corresponde a uma solução de um duplo problema, o da habitação e de acesso ao local de trabalho (CORRÊA, p. 31, 1981).

Considerando a favela como território urbano e as territorialidades de sobrevivência que surgem a partir dela como produto da desigualdade, devemos considerar também a importância dos vínculos com o mundo do trabalho e com as redes de solidariedade familiar, comunitárias ou estatais como essenciais para a integração social das pessoas. A ausência desses vínculos, ou melhor, a própria desvinculação social vai ocorrer para aqueles que, perdendo grande parte desses vínculos, especialmente os relativos ao mundo do trabalho ou as redes de solidariedade, não conseguem suportes que lhes permitam o exercício de uma vida social considerada honrada e digna. Nesta situação, as pessoas perdem um lugar humanamente digno em sua sociedade. (FILHO, 2003).

Concordamos com Filho (2003) no entendimento de vulnerabilidade social enquanto uma situação, na qual os indivíduos se encontram, quando algum desses vínculos é rompido ou é precarizado. A perda do acesso ao exercício da cidadania, aos serviços de saúde, o direito à segurança, as valorizações positivadas das identidades sociais também se fazem presentes no que concerne a noção de vulnerabilidade social.

Lima (2016) afirma que o conceito de vulnerabilidade social se explica a partir do estado de maior ou menor exposição dos indivíduos e das populações aos fatores de exclusão social, que em última instância mostram uma situação de desigualdade social, em contextos de negação dos direitos sociais. É de grande importância entender que a vulnerabilidade não atua sobre um indivíduo isoladamente, mas toda uma comunidade, em diferentes intensidades de cada fator, por possuir com uma reprodução territorial.

Conforme Lima (2016), os exemplos de fatores de vulnerabilidade que podem ser colocados são: renda, escolaridade, moradia, vizinhança, acessibilidade, entre outros. A somatória ou interpolação desses fatores de vulnerabilidade geram uma realidade social mais ou menos excludente.

Os riscos e vulnerabilidades vivenciados por uma determinada população ou grupo social geram necessidades de proteção. Assim, as políticas sociais devem se constituir como respostas do poder público que visem atender as necessidades de proteção decorrentes dos riscos e

vulnerabilidades a que estão expostos os cidadãos (BRASIL, 2012).

Nesse trecho retirado do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, percebe-se que em um contexto de vulnerabilidade social em que determinada população ou grupo estão inseridos, o Estado deve se prontificar a construir políticas que gerem amparo e proteção a estes cidadãos.

Gostaríamos de tonar nítido que aqui não há a pretensão de essencializar e estereotipar os moradores e moradoras de favelas, resumindo-os à pobreza e a subalternidade. Não reproduzimos o mito do “temido marginal, fonte de todas as apreensões da população, agora se objetifica na figura do negro, podre, morador de favela” (NAIFF, 2005). A conotação pejorativa que é imbricada no termo “favelado” só expõe a estupidez de quem interpreta que ser favelado é depreciativo.

Levando em consideração toda a história do Brasil e os processos de expansão urbana que fragmentam a sociedade em classes, os morros, favelas e ocupações passaram a ser vistas como locais de pessoas perigosas e marginais. Como afirma Naiff (2005) é interessante observar que o provável núcleo central relativo à análise das evocações do termo *favela*, é composto de ideias que refletem de um lado a influência do tráfico de drogas e de outro a vivência em condições de exclusão social. Esta última dimensão não é diferente do contexto histórico de onde se originaram as favelas e que se perpetua até os dias atuais.

Pinheiro (2008) já expunha que aqueles e aquelas que vivem em favelas têm seu cotidiano marcado pela intensa combinação de vulnerabilidade: baixa escolaridade, convívio com grupos criminosos armados e preconceito. Embora correta, essa leitura não retrata com total fidelidade o papel importante que eles têm desempenhado na busca por visibilidade social, por meio da criação de grupos culturais e educacionais. Nas duas últimas décadas, eles se constituíram em um dos grupos socialmente mais ativos e participativos do país. Por isso, alguma das propostas de redução de vulnerabilidades têm se utilizado da cultura como ferramenta de participação, formação e transformação da autoimagem juvenil, tradicionalmente vinculada à incompletude e à carência, estigma que recai, principalmente, sobre os jovens de origem popular.

A segregação socioespacial entre ricos e pobres, negros e brancos, moradores “legais” e moradores “ilegais”, não unicamente demonstra as desigualdades sociais e a segregação urbana descaradas no Brasil. É a própria segregação um instrumento da manutenção, renovação e ao refinamento das desigualdades. Segundo a pesquisa realizada pelo Mapbiomas, o crescimento das favelas no Brasil entre 1985 e 2020 equivale a 11 Lisboas.

Maricato (2003) expressa que na década de 40, quando apenas 31% da população brasileira eram urbanos, as cidades eram vistas como o lado moderno e avançado de um país predominantemente agrário e atrasado. De 1940 a 1980 o PIB do país cresceu a 7% ao ano, o que é um aumento grandioso sob qualquer ponto de vista. O processo de urbanização-industrialização parecia representar um caminho para a independência de séculos de dominação da produção agrário-exportadora e de mando coronelista.

Já no início do século XXI, quando 82% da população do país é urbana, a imagem das cidades, principalmente das metrópoles, se apresenta bastante diversa daquela de 60 anos antes. Violência, enchentes, poluição do ar, poluição das águas, favelas, desmoronamentos, infância abandonada. Em apenas nove metrópoles moram 50 milhões de pessoas, mais do que a população de grande parte dos países da Europa ou da América Latina. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a se dar conta de que o avassalador processo de urbanização foi acompanhado da modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado atrasado. Isto é, a modernização e apenas para alguns; a cidadania e os direitos, idem (MARICATO, 2003).

Ainda segundo a autora, durante os anos 80 e 90, sob novas relações internacionais, a desigualdade se aprofunda. O desemprego cresce e as políticas sociais recuam intensamente. Aumenta exponencialmente o número de favelas, como mostra o IBGE no Censo de 2000 (embora de forma bastante subdimensionada). Aumenta a população de rua e o número de crianças abandonadas. Levantamentos científicos comprovam o que nossos olhos constatarem cotidianamente. Talvez a maior novidade esteja na explosão de um novo tipo de violência: a chamada violência urbana. Alguns indicadores sociais continuam a ter uma evolução positiva desde os anos 40. Entre os mais importantes podemos citar a queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida ao nascer. Mas, nos anos 90, o aumento no número de homicídios passa a influir até mesmo na expectativa de vida dos homens, em nível nacional, em especial dos jovens, pretos e pardos.

Sobre isso, Valim e Rasga (2018) afirmam que as violações de direitos humanos contra os moradores e moradoras das favelas trazem os ingredientes que compõem o autorretrato marginal que se baseia na sentença: preto, pobre e favelado. Notadamente se percebe que a vida do jovem pobre e negro é menor. “É a vida eliminável e sem valor. O Estado se arregimenta e legitima seus agentes para que em nome da garantia da lei e da ordem assassinem seus já reconhecidos inimigos”. (VALIM e RASGA, p. 43, 2019)

No que tange a histórica segregação socioespacial, Silva (2010) expõe que ela

corresponde a uma espécie de ecologia da desigualdade social, favorecendo também o tráfico internacional, - como é o caso de grande parte das favelas cariocas -, relacionado ao comércio a retalho para o consumo final, tivessem um de seus canais concentrado nas favelas, entre outras periferias. Isto, por sua vez, redefiniu a imagem pública desses territórios e afetou profundamente o entendimento e o imaginário coletivo de seu lugar na organização urbana.

Ainda segundo o autor, estes “territórios da pobreza” são os mais imensamente afetados pela violência policial e criminal associada ao comércio de drogas, e isso não indica nenhuma dependência causal das disposições morais ou da conduta do conjunto de moradores e moradoras. Primeiro, porque:

As linhas de comando da cadeia produtiva estão fora dessas áreas e do próprio território nacional. Segundo, porque é sabido que a localização física do varejo está muito longe de restringir-se a esses espaços urbanos mais desfavorecidos, que respondem apenas pela maior visibilidade desse tipo de atividade (SILVA, 2010).

Para Silva (2010), estas ressalvas, entretanto, não devem obscurecer o reconhecimento de que, nas últimas décadas, as favelas têm sido uma espécie de base de operações do crime violento relacionado ao consumo final de maconha e cocaína (e, mais recentemente, de crack), nem de que essas redes de varejo exercem força centrípeta sobre outras práticas ilícitas violentas. Isso é rapidamente notado pelo conjunto da população, residente ou não, devido à própria massividade da violência do tráfico e de sua repressão. Por sua parte, o estabelecimento de “bocas” nas favelas advém do fato de o funcionamento dos sistemas políticos-institucionais que une controle e proteção social ser muito mais fragilizado nos “territórios da pobreza” do que nas demais regiões da cidade “(serviços públicos deficientes, subalternidade política relacionada a uma incorporação social que ocorreu pela via do clientelismo, longa tradição de informalidade do trabalho, etc.)” (SANTOS, p. 15, 2010).

A precisão em melhor compreender o conjunto de irregularidade e precarização do sistema urbano que envolve as favelas, extensivamente identificado, investigado e anunciado, tem estimulado e movimentado também o corpo acadêmico, incluindo nas pesquisas análises profundas sobre os instrumentos legais à disposição, bem como as intervenções que podem ser feitas. A inquietação que move esta pesquisa se insere na linha de preocupação em que buscamos aumentar o debate em relação as formas e as dinâmicas realizadas pela irregularidade fundiária urbana e pela vulnerabilidade produzida pela segregação urbana.

Como coloca Raposo *et al* (2010) a tendência de expansão horizontal das cidades brasileiras e a dispersão da pobreza para as áreas desprovidas de infraestrutura e produzidas à margem da legislação urbanística, apontam para um processo de urbanização atrofiado e

desordenado com graves impactos sobre as cidades e com a ampliação sucessiva das demandas não atendidas pelo Estado.

Loeb (2019) anuncia que o desafio das favelas é fator crítico na persistência da pobreza mundial, excluindo as pessoas do acesso aos benefícios da infraestrutura urbana e de um ambiente adequado. Carecem oportunidades e possibilidades de prosperidade para os indivíduos, para a coletividade e para o desenvolvimento pessoal, especialmente para as crianças. O ciclo de desigualdade e pobreza continua operando quando as crianças vivem em um ambiente sujeito a constante estresse tóxico, e as mulheres são constantemente submetidas ao preconceito e à violência.

Ainda conforme Loeb (2019), sobre os territórios vulneráveis, um dos fatores críticos é a deficiência no exercício dos direitos reprodutivos das mulheres. Nenhum país no mundo alcançou a efetivação dos direitos reprodutivos, e as suas implicações abalam não apenas indivíduos, mas comunidades, instituições, economias, mercados de trabalho e nações inteiras. A efetivação dos direitos reprodutivos é afetada pelo funcionamento dos sistemas de saúde, por empregos que não viabilizam o cuidado com a gestação e as crianças, pela pobreza e educação insuficiente. Sendo assim, a desvalorização do trabalho de cuidados com as crianças, que requer muito tempo, transfere muitas vezes o tempo das mães pobres para os filhos de famílias ricas, em uma dinâmica em que as crianças pobres ficam sozinhas em casa, e suas mães trabalham em condições precárias.

Em meio as contradições e desigualdades inerentes ao processo de urbanização, duas merecem atenção especial: o acesso à infraestrutura e o acesso à moradia de qualidade. A população localizada nas antigas áreas rurais e nas áreas periurbanas é vulnerável a diversos fatores, uma vez que não tem acesso à infraestrutura de qualidade, ou aos serviços básicos, como saneamento ambiental ou moradia adequada. Pois o abismo que se funda entre os moradores das favelas é suficiente para estigmatizar sua própria existência na sociedade. Nesse sentido de análise e partindo do pressuposto de que a invisibilidade dos moradores de favelas é fato marcante, por óbvio são sonegados direitos fundamentais, tais como: à vida, à igualdade de oportunidades, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde e à habitação, à liberdade de locomoção, expressão e de opinião entre outros. (SANTOS, 2019; VALIM e RASGA, 2018)

Mesmo diante do imaginário coletivo construído produzido acerca da idealização da favela como sendo um espaço fora à parte; uma margem que não faz parte da cidade, a favela inquestionavelmente tanto constitui a cidade quanto é constituinte, ainda que marcada pela vulnerabilidade e subalternidade no que concerne as dimensões política, econômica, social,

ambiental etc., e dos preconceitos e violência racial, de gênero, de classe etc.

A favela do Bela Vista, composta por duas ocupações (Bela Vista I e Bela Vista II) em um mesmo território, também não é dessemelhante do quadro geral urbano. A favela Bela Vista é compreendida como um “problema”, concepção que aqui adquire ambivalência: ao mesmo passo que a favela é tida como um problema, para os moradores da favela ela é a solução; a resolução, a alternativa.

A vulnerabilidade experienciada e vivenciada pelos moradores de Bela Vista, especificamente nos aspectos relativos ao saneamento básico e da própria insalubridade das moradias, acabam por colocá-los diante de perigos que a “outra parte” da cidade enfrenta com bem menos força.

O desamparo, a violência, a ausência de políticas públicas etc., tudo isso é resultado de um processo estrutural que se espraia por décadas na sociedade brasileira, como a forma atrofiada que ocorreu os processos de urbanização e as recorrentes formas de violência – seja ela física, simbólica e até mesmo armada -, por ordem, ainda de agentes estatais. Como afirma Telles (1994) em *História da engenharia no Brasil: séculos XVI ao XIX*⁷: “Durante grande parte do séc. XIX, assim como no tempo colonial, pouca atenção foi dada às questões relativas ao urbanismo, continuando em geral as cidades a nascer e se desenvolver de forma espontânea e arbitrária.” (p. 146)

A vulnerabilidade anda lado a lado da precarização de condições de vida, e isso é evidente no seio coletivo das favelas o que tornam os agentes públicos insensíveis aos argumentos humanísticos e valores sociais. Ao longo dos anos, esses cidadãos foram sendo empurrados para as bordas das cidades, através de políticas repressivas de remoção dos grandes centros urbanos, políticas econômicas malfadadas, inexistência de um trato urbano integrador e até mesmo pela pobreza chancelada pelo Estado, como assegura Valim e Rasga (2018).

A vulnerabilidade social não é, necessariamente, referente à pobreza, pois o conceito é ligado a fragilidade de um grupo, indivíduo ou população que estão expostos a questões mais estruturais, culturais, econômicas, raciais e históricas. A vulnerabilidade é diretamente associada a exclusão de pessoas, no sentido mais amplo possível, ou seja, a exclusão no que concerne a ausência de oportunidades, falta de representatividade e a privação a moradia digna, infraestrutura urbana, segurança alimentar, escolaridade, renda, emprego, entre outros.

⁷ Esta obra recebeu o prêmio Jabuti, em 1985, da Câmara Brasileira do Livro, e recebeu o prêmio Clio, em 1986, da Academia Paulistana de História.

CAPÍTULO III

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.

O capítulo é uma análise descritiva dos aspectos de vulnerabilidade da área, e tem como objetivo apresentar a área Bela Vista, expondo dados coletados in loco e disponíveis sob a ótica do estado.

Para se intervir em uma área urbana é primordial que se conheça profundamente o espaço em questão, não apenas suas condicionantes físicas, mas conhecer sua forma como uma resultante de aspectos físicos, econômicos, sociais e políticos. Interessa-nos aqui descrever e analisar o desenho urbano da área, destacando suas deficiências, seus conflitos e suas potencialidades, a partir de sua forma, ou seja, aspectos que compõe seu sistema físico-espacial.

De acordo com Del Rio (1990) o desenho urbano gera a necessidade de uma análise multidisciplinar e social da área de estudo, onde se tem a avaliação da interação da comunidade com o meio ambiente onde está inserida, os instrumentos destacados para realizar essa avaliação são: imagem da cidade, visualidades, identidades locais, relações com o ambiente natural, relações com a arquitetura existente, relações morfológicas, espaços públicos, variedades e uso diurno e noturno.

O desenho urbano é uma atividade que visa à transformação das formas urbanas e seus espaços, ao trabalhar a aparência, a disposição das construções e as funcionalidades dos municípios. Dessa forma, funciona como um instrumento para reduzir os impactos negativos que a urbanização desequilibrada provoca no meio ambiente e possui papel estratégico nos projetos de integração regional (DEL RIO, 1990).

A qualidade do desenho urbano se vincula principalmente na análise da cidade em seus aspectos físicos e em suas demandas específicas, para a caracterização construiu-se um perfil socioeconômico, com base nas diretrizes do desenho urbano, e nos índices de vulnerabilidade social (IBGE e IVS), para isso elaborou-se duas tabelas que direcionam a análise da qualidade urbana e caracterização da área de estudo, são eles: Infraestrutura urbana apresentada no quadro 1, perfil humano quadro 2.

TABELA 01 – INFRAESTRUTURA URBANA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	
01	Situação de Moradia.
02	Tipologia de Imóvel.
03	Energia elétrica.
04	Saneamento básico e água encanada.
051	Áreas de risco – encostas e deslizamentos.

Fonte: Autora, 2023.

TABELA 02 – PERFIL HUMANO	
01	Nacionalidade
02	Gênero
03	Estado Civil
04	Grau de escolaridade
05	Renda
06	Programa Social

Fonte: Autora, 2023.

5.1 Tipificação da área Bela Vista.

5.1.1 – Grande área Bela Vista sob a perspectiva do Estado, em esfera municipal.

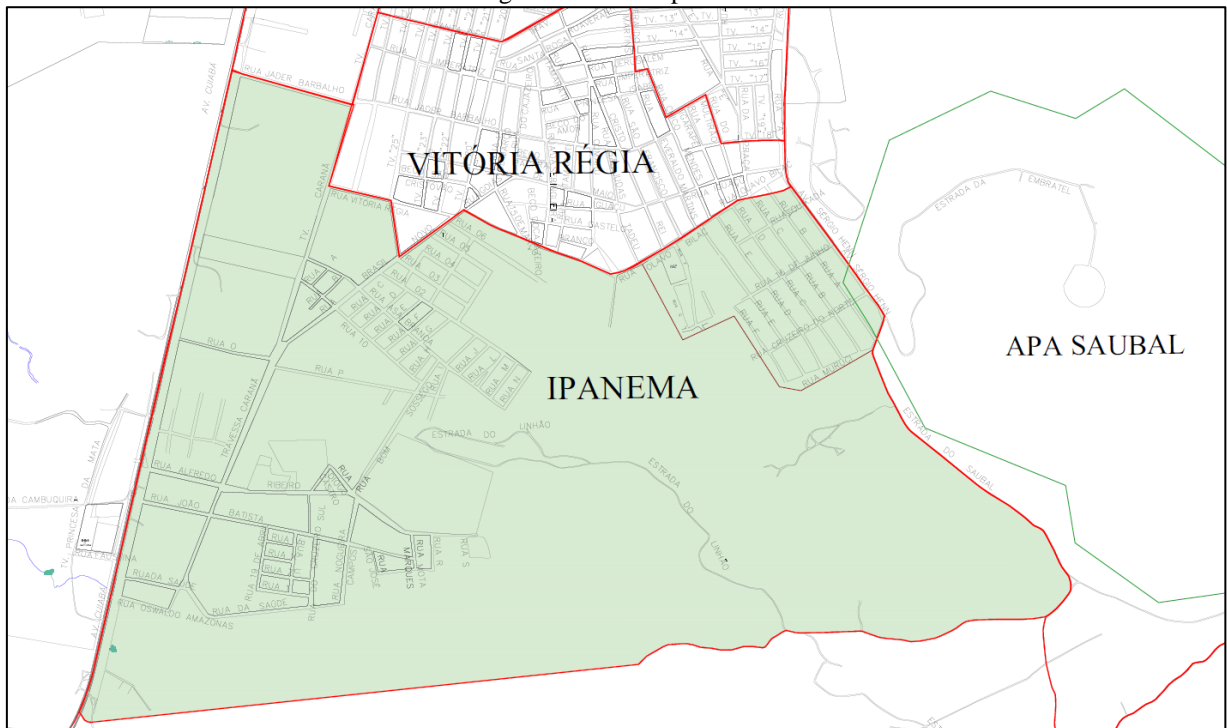
Localizada no Município de Santarém estado do Pará, a grande área Bela Vista não possui reconhecimento legal perante o poder público, em análise documental é possível constatar a ausência de evidências ou dados sobre a área.

De acordo com os dados fornecidos através do mapa geográfico da cidade por meio SEAHB (Secretaria de habitação e regulamentação fundiária), a faixa de terra de inserção da Grande área Bela Vista se configura como parte do Bairro Ipanema (imagem 04), instituída pela lei nº 18.180, de 20 de junho de 2008.

XVII – Bairro de Ipanema: Tem início na Rua Jader Barbalho,

entre Rodovia Santarém-Cuiabá e Travessa Caranã; seguindo pela Travessa Caranã, entre Rua Jader Barbalho e Rua Vitória Régia; seguindo pela Rua Vitória Régia, entre Travessa Caranã e Travessa “25”; seguindo pela Travessa “25”, entre Rua Vitória Régia e Rua Brasil Novo; indo pela Rua Brasil Novo, entre Trav. “25” e Rua Olavo Bilac; seguindo pela Rua Olavo Bilac, entre Rua Brasil Novo e Avenida Sergio Luiz Henn; seguindo pela Avenida Sergio Luiz Henn, entre Rua Olavo Bilac e a Serra do Piquiatuba; seguindo pela Serra do Piquiatuba, entre Avenida Sergio Luiz Henn e Rodovia Santarém-Cuiabá; seguindo pela Rodovia Santarém-Cuiabá, entre Serra do Piquiatuba e Rua Jader Barbalho (SANTARÉM (PA), 2018).

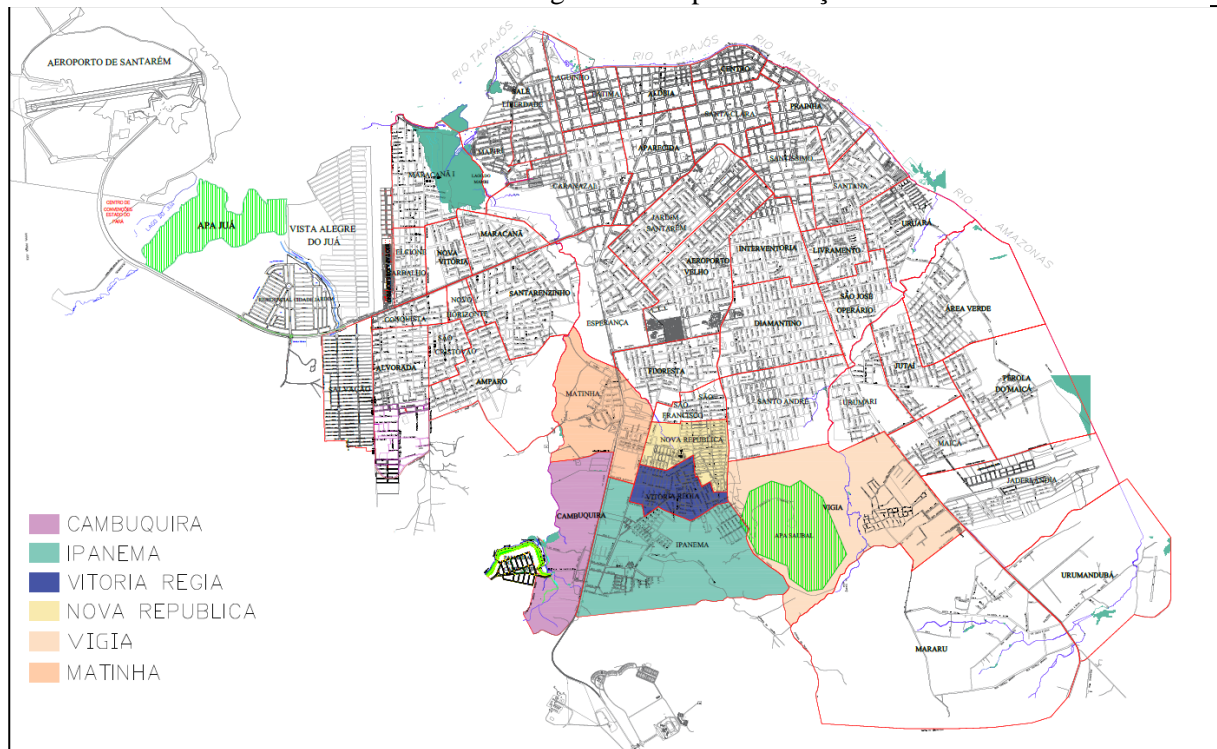
Imagem 4 - Bairro Ipanema.



Fonte: Autora, 2022.

Tem em suas proximidades os bairros Vitoria Régia, Cambuquira, Matinha, Nova República, Vigia e APA Saúbal (imagem 05). Situada na Zona de Interesse Urbano I.

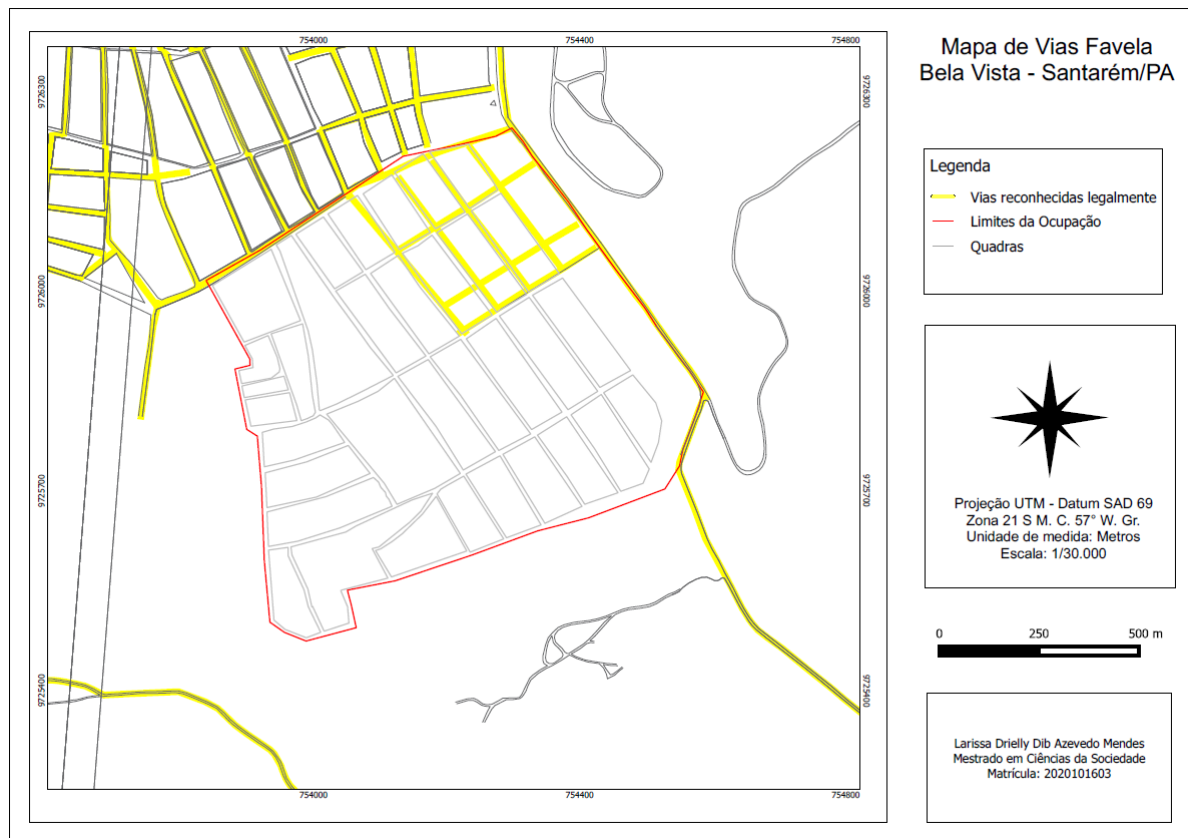
Imagem 5 – Mapa de situação



Fonte: Autora, 2022.

O sistema viário da grande área Bela Vista representado no mapa da prefeitura, somente 10 vias são existentes, Rua Olavo Bilac, Rua A, Rua B, Rua C, Rua D, Rua E, Rua F, Rua G, Rua Cruzeiro do Norte, Rua Murici e Avenida Sergio Henn, não contemplando sua totalidade, como pode ser visualizado na imagem 06, não representando a situação atual da área.

Imagem 6 - Mapa de sobreposição de sistema viário.



Fonte: Autora, 2022.

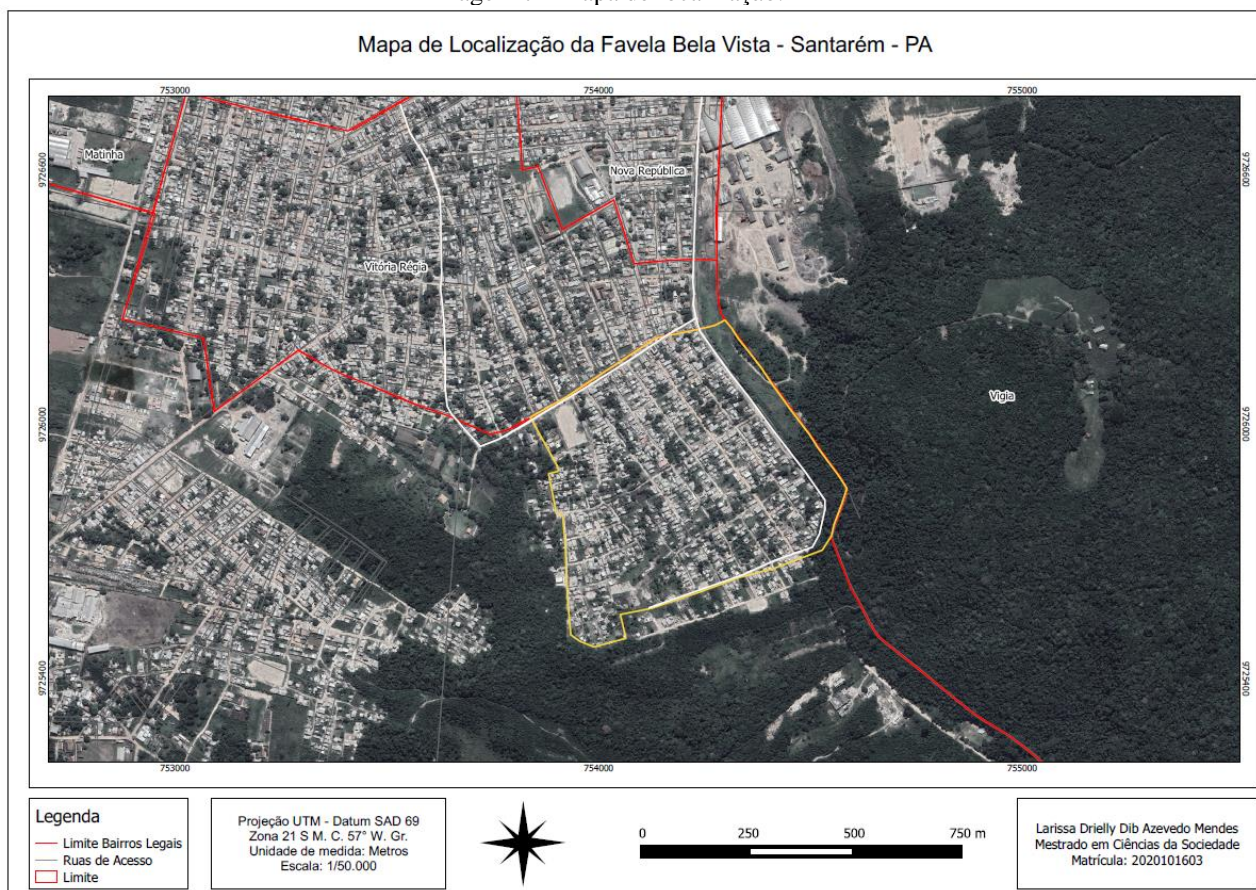
No Plano Diretor Participativo, Lei Nº 20.534, de 17 de 2018, considera-se 48 Bairros legais sendo esses: Aeroporto Velho, Aldeia, Alvorada, Amparo, Aparecida, Área Verde, Cambuquira, Caranazal, Centro, Conquista, Diamantino, Elcione Barbalho, Esperança, Fátima, Floresta, Interventoria, Ipanema, Jaderlândia, Jardim Santarém, Jutaí, Lagunho, Liberdade, Livramento, Maicá, Mapiri, Maracanã, Maracanã 1, Mararú, Matinha, Nova República, Nova Vitória, Novo Horizonte, Pérola do Maicá, Prainha, Salé, Santa Clara, Santana, Santarénzinho, Santíssimo, Santo André, São Cristóvão, São Francisco, São José Operário, Uruará, Urumanduba, Vigia e Vitoria Régia. As áreas não inclusas a essas delimitações ou/e áreas inclusas que não apresentam condicionantes necessárias são entendidas como áreas de assentamentos espontâneos.

Art. 124, §1º - Consideram-se assentamentos espontâneos as áreas ocupadas por população de baixa renda, em áreas ou não de risco e assentamentos assemelhados, destituídos da legitimidade do domínio dos terrenos e em desacordo com os padrões urbanísticos legalmente instituídos, com viabilidade de regulamentação fundiária. (SANTARÉM (PA), 2018).

5.1.2 Grande área Bela Vista sob a perspectiva dos moradores.

Sua forma atual (imagem 7), é composta por aproximadamente quatro mil famílias e foi estabelecida no ano de 2017, como iniciativa e organização dos moradores em busca da legalização da área através de regularização fundiária. Com isso, a associação, bem como os moradores em geral da área intitulam como Bairro Bela Vista, como forma de pertencimento e identidade local.

Imagem 7 - Mapa de localização.



Fonte: Autora, 2022.

A lógica da ocupação de áreas periféricas ocorre a partir de estruturas urbanas existentes, no caso da ocupação Bela Vista, se deu a partir das ruas principais, como Olavo Bilac e Sergio Henn, embora não ocorra nas ruas propriamente ditas, mas, servem de principais indutores da ocupação. Fatores como topografia e elementos de vegetação foram importantes no processo de ocupação.

Com isso a Grande área Bela Vista se configurava em dois segmentos. Bela Vista 1, com origem na Rua Olavo Bilac até a Rua 16 de Junho, como área inicial da ocupação, Bela Vista 2, área de expansão, com origem na Rua 16 de Junho até a encosta do morro, adentrando área de vegetação e em anexo; uma área de loteamento urbano, ressalta-se que essa área não possui

regularização ou quesitos mínimos que se enquadre como loteamento legal e não é reconhecida perante a associação como parte integrante do bairro.

Imagem 8 – Mapa da divisão interna da grande área Bela Vista.



Fonte: Autora, 2022.

5.2 Infraestrutura Urbana.

A Ocupação espontânea Bela Vista possui inúmeros problemas oriundos do crescimento desordenado e da ausência de planejamento. Com ruas irregulares, composta com uma topografia acentuada, reduzindo a acessibilidade da região e agravando riscos de desmoronamentos e inundações. A distribuição espacial no território é determinada pelas condicionantes ambientais, mas é, sobretudo uma resultante da organização social que a população ocupa. É possível observar as condicionantes físicas do espaço à medida que se adentra a área, quanto mais “dentro” dá área maior o nível de precariedade e ausência de estrutura.

5.2.1 Saneamento básico, abastecimento hídrico e drenagem urbana.

A carência de saneamento básico é visível em toda extensão da área, com esgotamento

lançado diretamente nas vias de circulação. A falta de acesso a água potável através de sistemas públicos, faz com que a população seja abastecida por poços artesanais e tenha seu sistema de distribuição através de baldes e mangueiras, sendo estas expostas e espalhadas ao longo de vias (imagem 9 e 10).

Imagem 9 - Rede de abastecimento de água por mangueiras cruzando as vias públicas.



Fonte: Autora, 2022.

O sistema viário de toda a extensão da Grande área Bela Vista é composto de material laterítico com acentuados desníveis e sem calçamento para pedestre. No período de chuvas na região o problema de áreas alagadas é comum em toda a área e intensifica o risco de desmoronamento em áreas próximas as encostas.

Imagem 10 - Sistema Viário e valas de esgoto a céu aberto

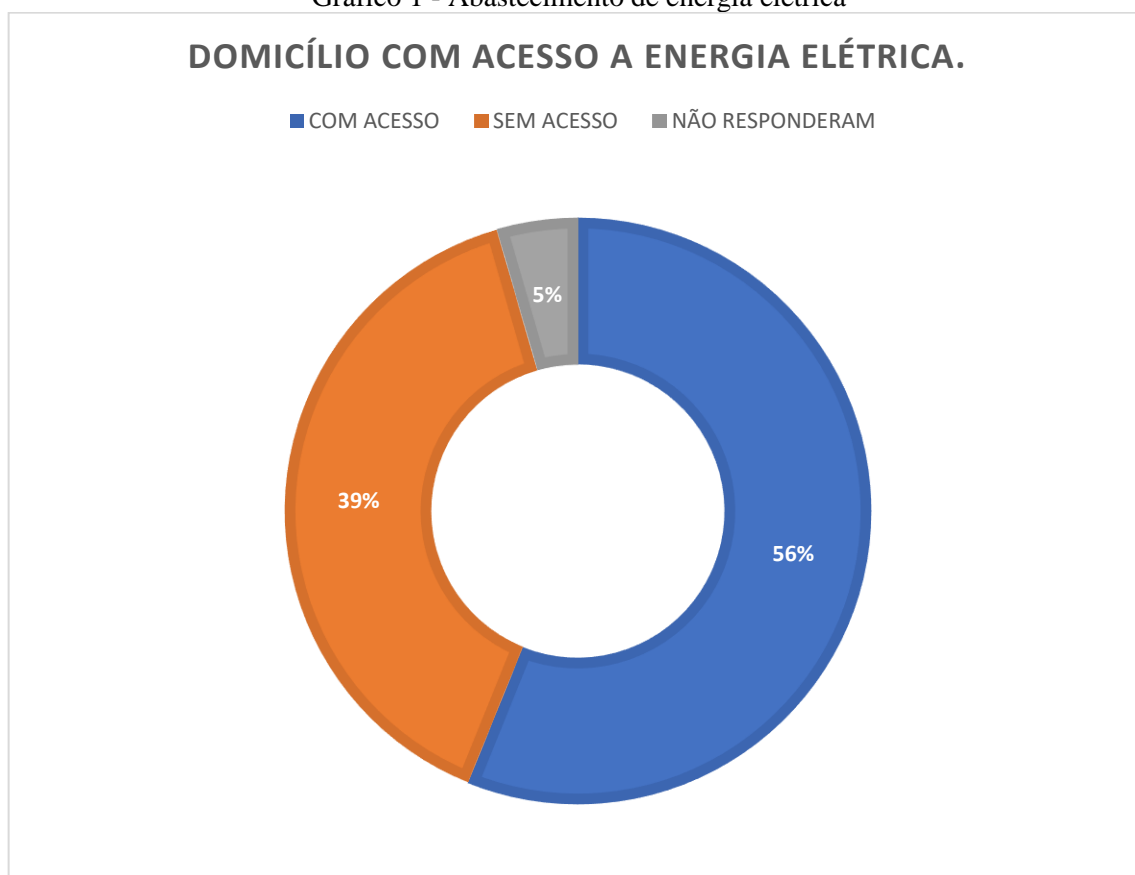


Fonte: Autora, 2022.

5.2.2 Energia elétrica

No ano de 2022 foram instalados postes de iluminação pública no perímetro entre as Ruas Olavo Bilac e 16 de junho, entretanto, a rede não é abastecida com energia elétrica e não está em funcionamento. O que gera revolta dos moradores e moradoras que mensalmente recebem cobrança de taxas sobre o sistema ineficiente.

Gráfico 1 - Abastecimento de energia elétrica



Fonte: Autora, 2022.

5.2.3 Áreas de risco

Áreas de risco são aquelas onde a natureza não comporta a ocupação urbana, sendo assim denominadas por oferecerem risco tanto a integridade física de seus ocupantes quanto a própria preservação do meio ambiente. Seja de deslizamento (em encostas) ou de alagamento. (CASTILHO, 2013)

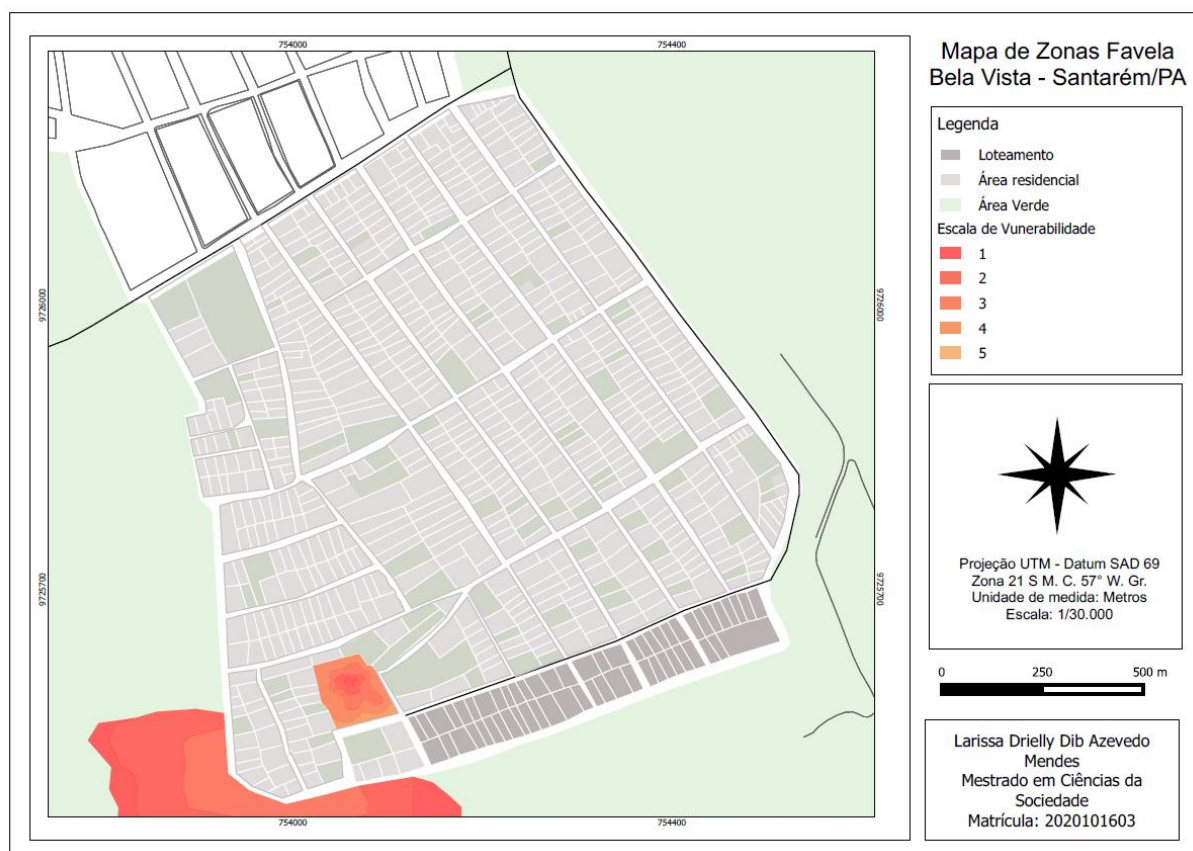
Segundo Castilho 2013, a análise de risco pode ser simplificada de forma qualitativa, a partir de observações diretas em campo, aqui destaca-se a vulnerabilidade das residências considerando.

Os principais elementos de análise considerados incluíram:

- a) Caracterização morfológicas e morfométricas do terreno (altura e inclinação de vertentes e taludes – naturais, de corte e aterro);
- b) Materiais geológicos e perfil de alteração (solo residual, saprólito, rocha alterada, coberturas coluvionares);
- c) Estruturas geológicas (foliação, fraturas e outras descontinuidades geológicas);
- d) Evidências de movimentação (cicatrices de escorregamentos, trincas, degraus de abatimento do terreno, inclinação de arvores, postes e muros, trincas nas casas, muros embarrigados);
- e) Cobertura do terreno (solo exposto, vegetação, culturas, lixo, entulho lançado e aterro);
- f) Condições associadas às águas servidas, pluviais e subsuperficiais (redes de água e esgoto, concentração de águas superficiais, sistemas de drenagem, fossas, lançamento de água servida e esgoto a céu aberto, surgências de águas (CASTILHO, 2013).

O levantamento *in loco* através de mapeamento possibilitou a caracterização da área como P1 (Perímetro com baixo risco), P2 (Perímetro com risco médio), P3 (Perímetro com risco alto) e P4 (Perímetro com risco muito alto). Às áreas consideradas de baixo risco (P1), são caracterizadas como áreas em que não se espera a ocorrência de acidentes. Risco médio (P2) são áreas onde a possibilidade de ocorrências de acidentes é reduzida. Risco alto (P3) existe a possibilidade de ocorrência de acidentes, e o P4, perímetro com a provável ocorrência de acidentes.

Imagem 11 - Mapa áreas de Risco P3 e P4.



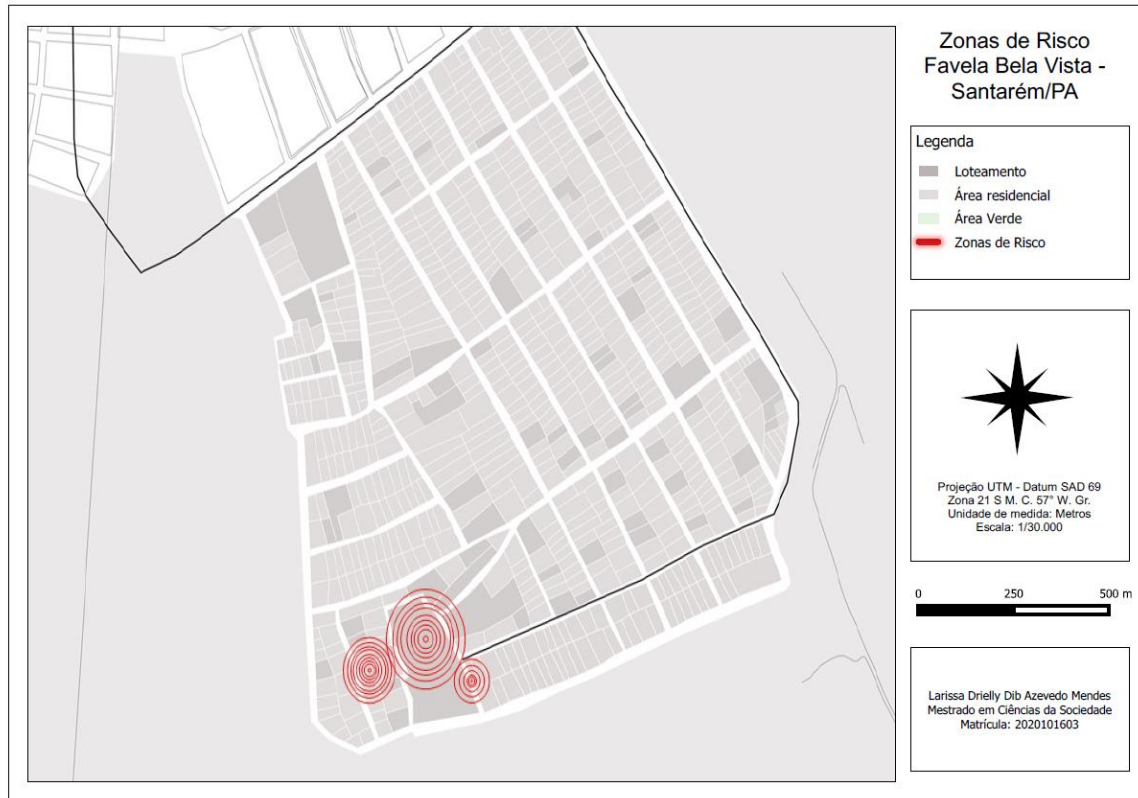
Fonte: Autora, 2023.

No total 4,10KM foram percorridos, com desníveis médios de 59m, onde é possível se estabelecer uma relação de vulnerabilidade e risco à medida que se adentra a áreas e se distancia da cidade legal. Os maiores índices de risco são as residências próximas as áreas de morro, que além do perigo eminente de deslizamentos, o sistema de abastecimento de água e esgoto são inexistentes, com maior exposição a doenças e caracterizadas como áreas insalubres como demonstrado no mapa da imagem 12.

Destaca-se a área P4, onde se encontram residências unifamiliares, em situação de maior vulnerabilidade nos registros da Associação do bairro Bela Vista e visivelmente carentes. As moradias foram em sua maioria construídas com restos de madeira, não possuem banheiros

ou sistemas de água, drenagem e energia elétrica, apresentadas nas imagens 12, 13 e 14.

Imagem 12 - Mapa área de risco P4.



Fonte: Autora, 2023.

Imagem 13 - Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.



Fonte: Autora, 2022.

Imagem 14 - Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.



Fonte: Autora, 2022.

Imagem 15 – Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.



Fonte: Autora, 2022.

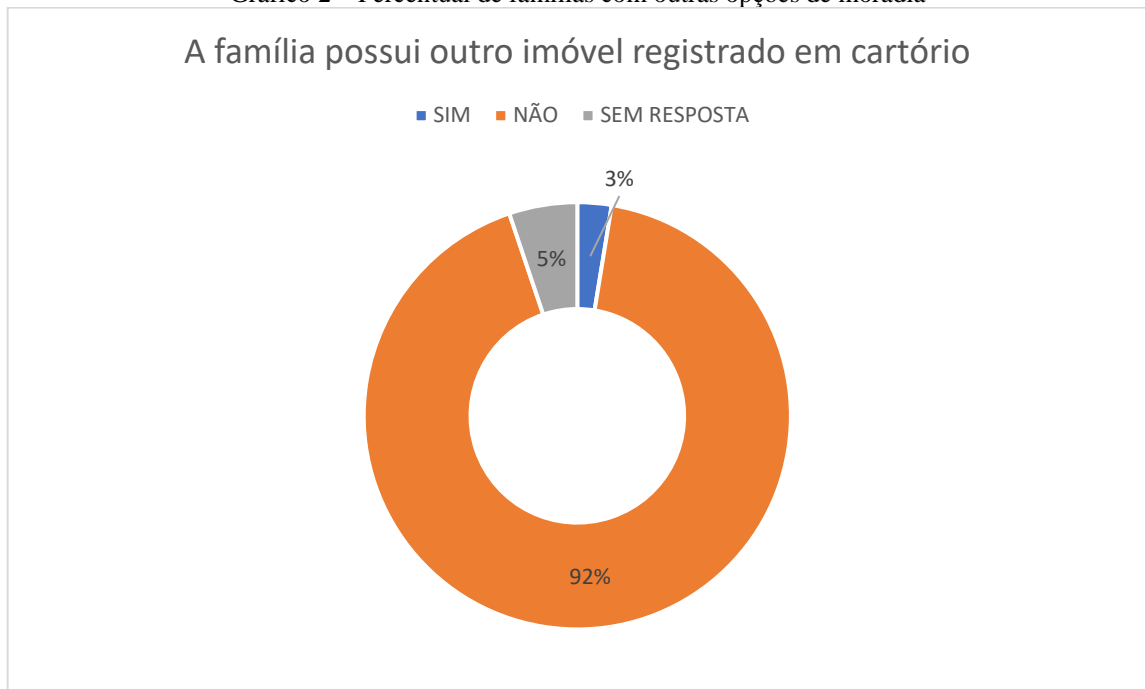
Imagem 16- Área P4, próximas a encostas e sem infraestrutura urbana.



Fonte: Autora, 2022.

A exposição ao risco é uma resultante da falta de opção de muitos moradores. O gráfico 02 é a representação dessa condição, onde 93% não tem outra alternativa de moradia. A relação de necessidade e pertencimento é outro fator importante na resultante de áreas de risco, no gráfico 2 é possível visualizar que das famílias se consideram proprietárias de suas residências independente de sua condição, o que resulta na permanência da mesma na área.

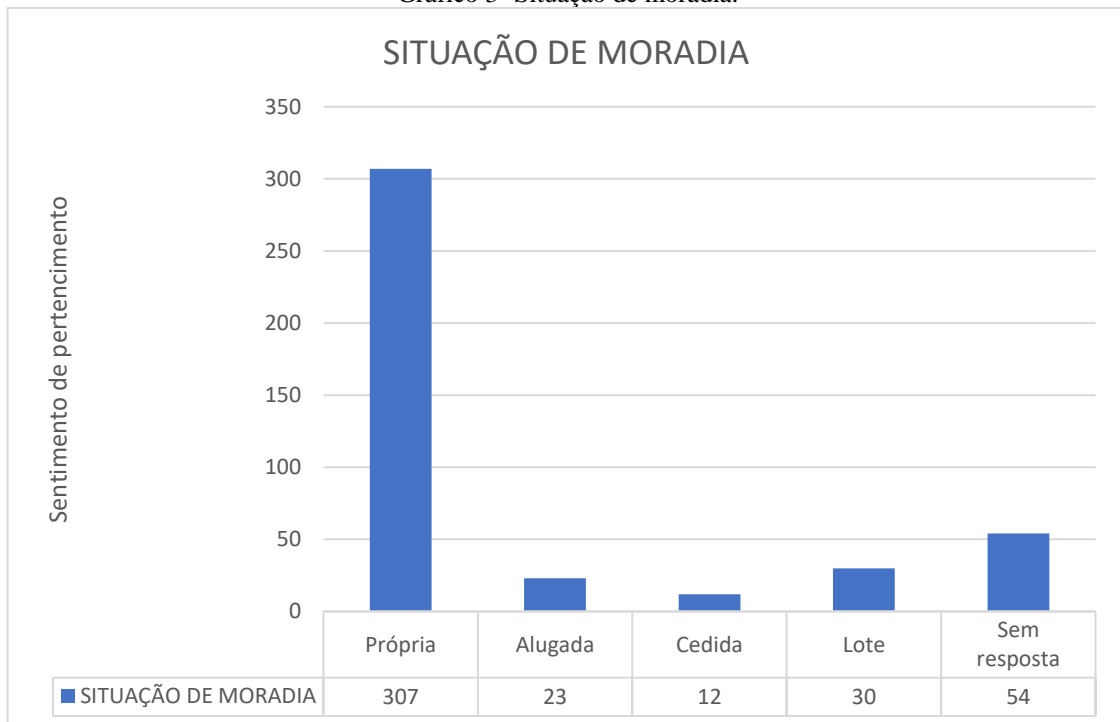
Gráfico 2 – Percentual de famílias com outras opções de moradia



Fonte: Autora, 2022.

Como podemos observar, 92% dos moradores e moradoras da grande área da Bela Vista não possuem nenhum outro imóvel registrado em cartório, restando apenas suas habitações no que tange a área de ocupação ilegal do Bela Vista como única opção de moradia.

Gráfico 3- Situação de moradia.



Fonte: Autora, 2022.

Além dos 92% dos moradores terem no Bela Vista sua única fonte de moradia, isso não quer dizer que essas moradias sejam propriedade de quem as habitam. Percebe-se que há pelo menos 23 casas alugadas e 12 cedidas. O que piora o cenário de vulnerabilidade, pois ainda há famílias que precisam pagar mensalmente para permanecerem naquele lugar. Outro fator de risco é a relação de segurança do morador com a área, entretanto, não vamos discutir aspectos violência urbana, interessa-nos aqui discutir a violência através dos processos de exclusão social, e resultante na fragmentação do tecido urbano.

5.2.4 Tipologia do imóvel e situação de moradia

Observa-se na Grande área Bela Vista há diferentes graus de precariedade das construções, desde moradias construídas em alvenaria, até casas construídas com materiais de sobra (imagem 17), como madeira, PVC, lonas e outros. Os padrões de construção de moradia podem ser associados à consolidação da área em que a moradia se estabelece, o sentimento de pertencimento, o tempo de permanência do morador e a percepção de risco.

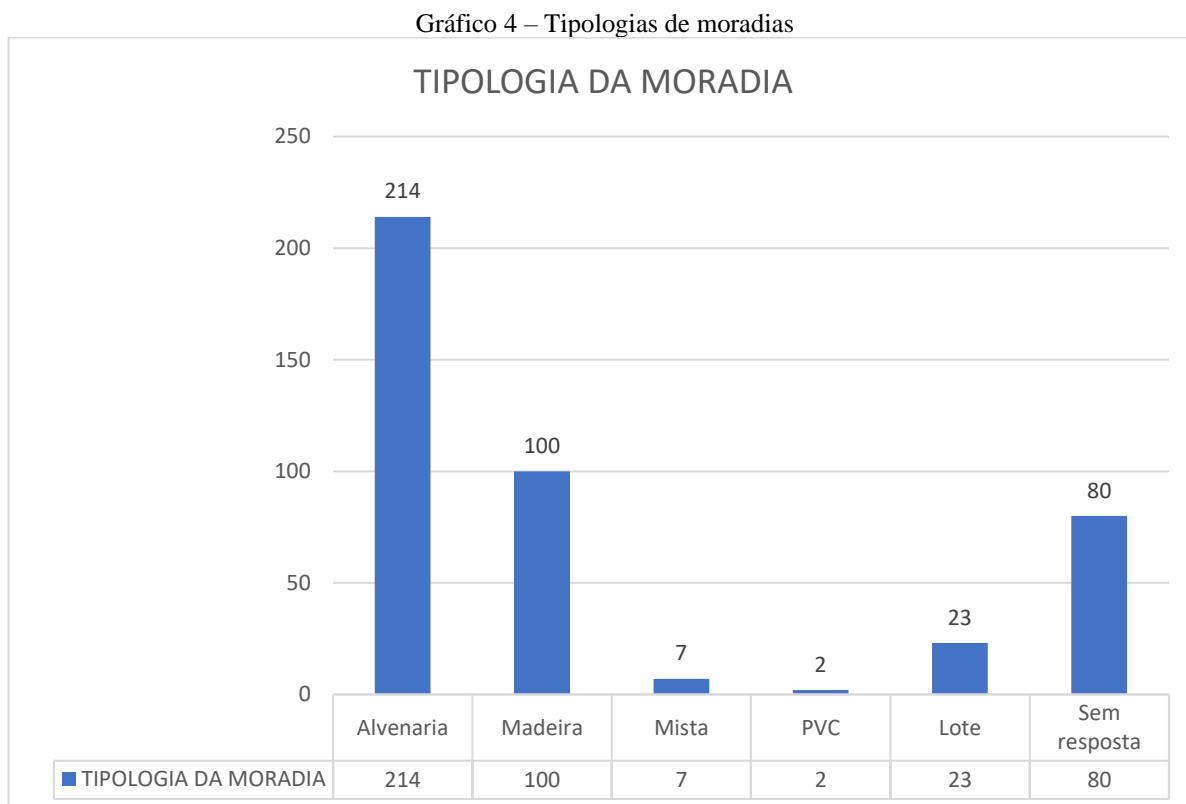
Imagem 17 – Casa construída com restos de materiais.



Fonte: Autora, 2022.

Segundo a análise documental e *in loco*, as edificações se distinguem em relação

aos materiais utilizados e sua disposição espacial na área, com base no gráfico 4, é possível verificar que 50% das casas são de alvenaria, 24% de madeira, 6% são terrenos sem construções e 2% são de outras tipologias de materiais. Destaca-se as tipologias de casas em alvenaria e madeira.



Fonte: Autora, 2022.

5.2.4.1 Casa de alvenaria

Em sua maioria, as casas de alvenaria se constituem nas áreas consideradas mais consolidadas e em áreas com declividades mais moderadas. As moradias são construídas em sua maioria pelo próprio proprietário no sistema de autoconstrução ou através de mutirões com ajuda de parentes e vizinhos. É possível observar o nível de acabamento e material agregado a residência, como muros, cobertura, área de circulação, espaçamento entre as residências que sofrem diferenciações de acordo com a sua localização na dentro da espacialidade da grande área Bela Vista. Nota-se que ao se distanciar das vias de acesso principais o nível de acabamento das residências vai reduzindo.

Imagem 18 – Residências em alvenaria, situada em área com menor declividade



Fonte: Autora, 2022

Imagem 19 – Residências em alvenaria, situada em área declividade acentuada.



Fonte: Autora, 2022

5.2.4.2 Casa de madeira

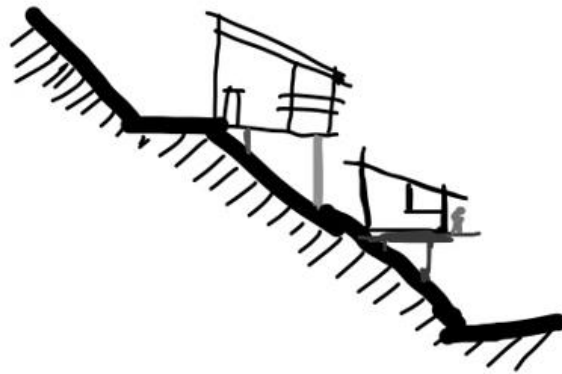
Apesar de não existir uma regra geral que estabeleça a construção de madeira como uma construção precária, a situação em áreas periféricas se estabelece uma relação entre as áreas com maior teor de precariedade tem maior incidência de casas em madeira. Observa-se que as áreas de maior risco de desabamentos e com dificuldade de acesso são com menor nível de investimento do morador, com a relação de medo e do poder aquisitivo do mesmo.

As residências em madeira constituem-se como barracões de diferentes tipos de materiais como chapas, restos de madeira, entre outros, e dividem-se em sua maioria com

apenas um ou dois cômodos, com esquadrias improvisadas e sem banheiros ou sistema de esgotamento e água.

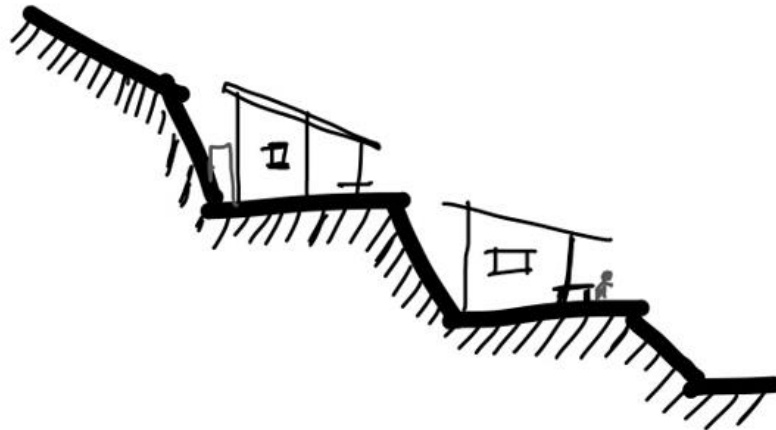
A estrutura das casas em áreas de encostas assume duas disposições, o sistema de palafitas (imagem 20) e apoiadas diretamente no solo, com um corte no terreno para a implantação da residência (imagem 21).

Imagem 20 – Croqui de ilustração – estrutura em palafitas



Autora, 2022.

Imagem 21 – Croqui de ilustração – estrutura diretamente no solo.



Autora, 2022.

Imagem 22 – Casa em madeira.



Autora, 2022.

5.3 Perfil humano.

Apresentamos nessa subseção os resultados dos índices de caracterização do grupo amostral, dividido em: nacionalidade, gênero, estado civil, grau de escolaridade, meio de transporte e sistema de saúde utilizado e programa social. Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a politização das relações sociais, influenciam nos mecanismos para evidenciar as desigualdades socioeconômicas, que perpassa os processos hegemônicos de poder, responsáveis por hierarquizar determinados segmentos sociais.

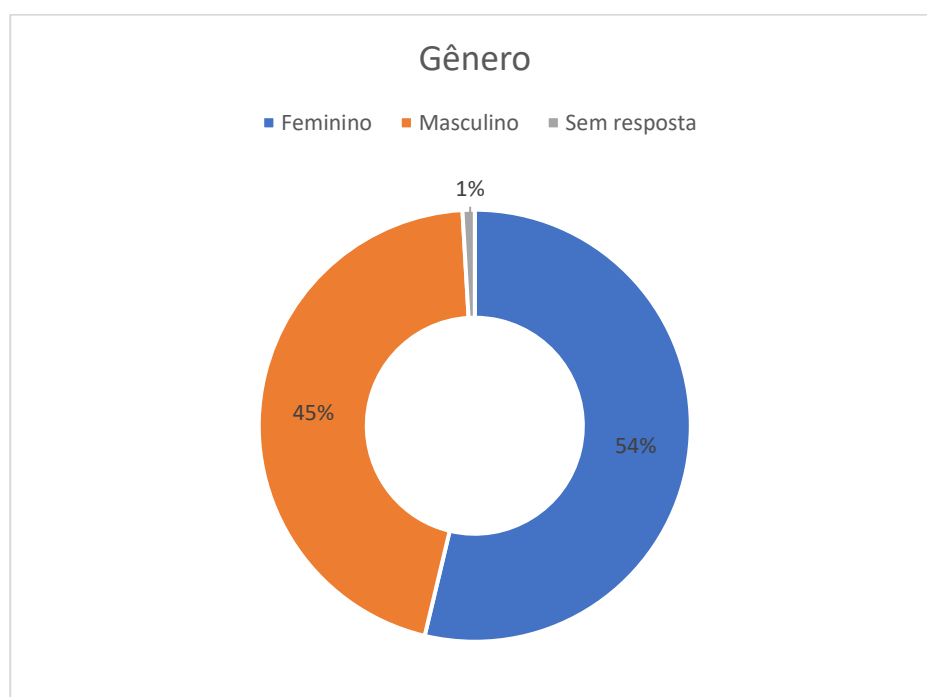
No grupo amostral analisados, nota-se que 100% da população é de origem brasileira (gráfico 5), 54% dessa população é composta do sexo feminino, 45% masculino (gráfico 6).

Gráfico 5 – Nacionalidade



Fonte: Autora, 2022.

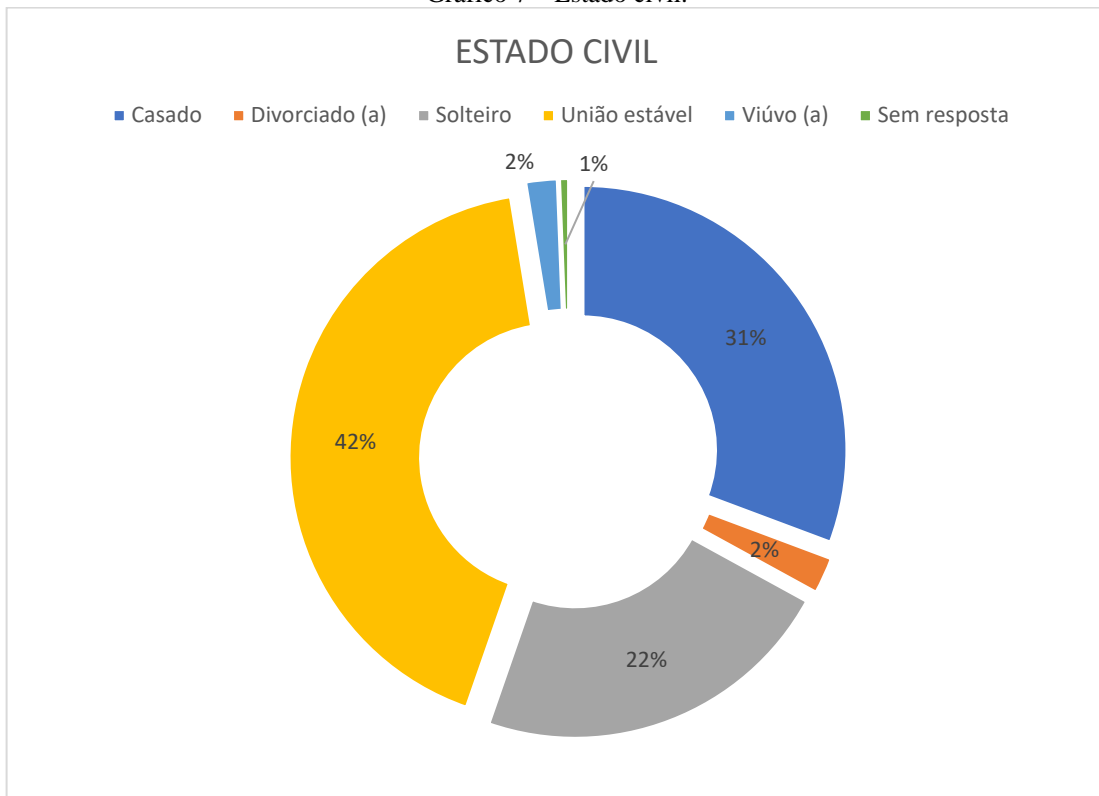
Gráfico 6 – Gênero



Fonte: Autora, 2022.

As moradias inscritas no cadastro são compostas por 42% de casais em união estável, 31% casados, 22% solteiros, como demonstrado no gráfico 7.

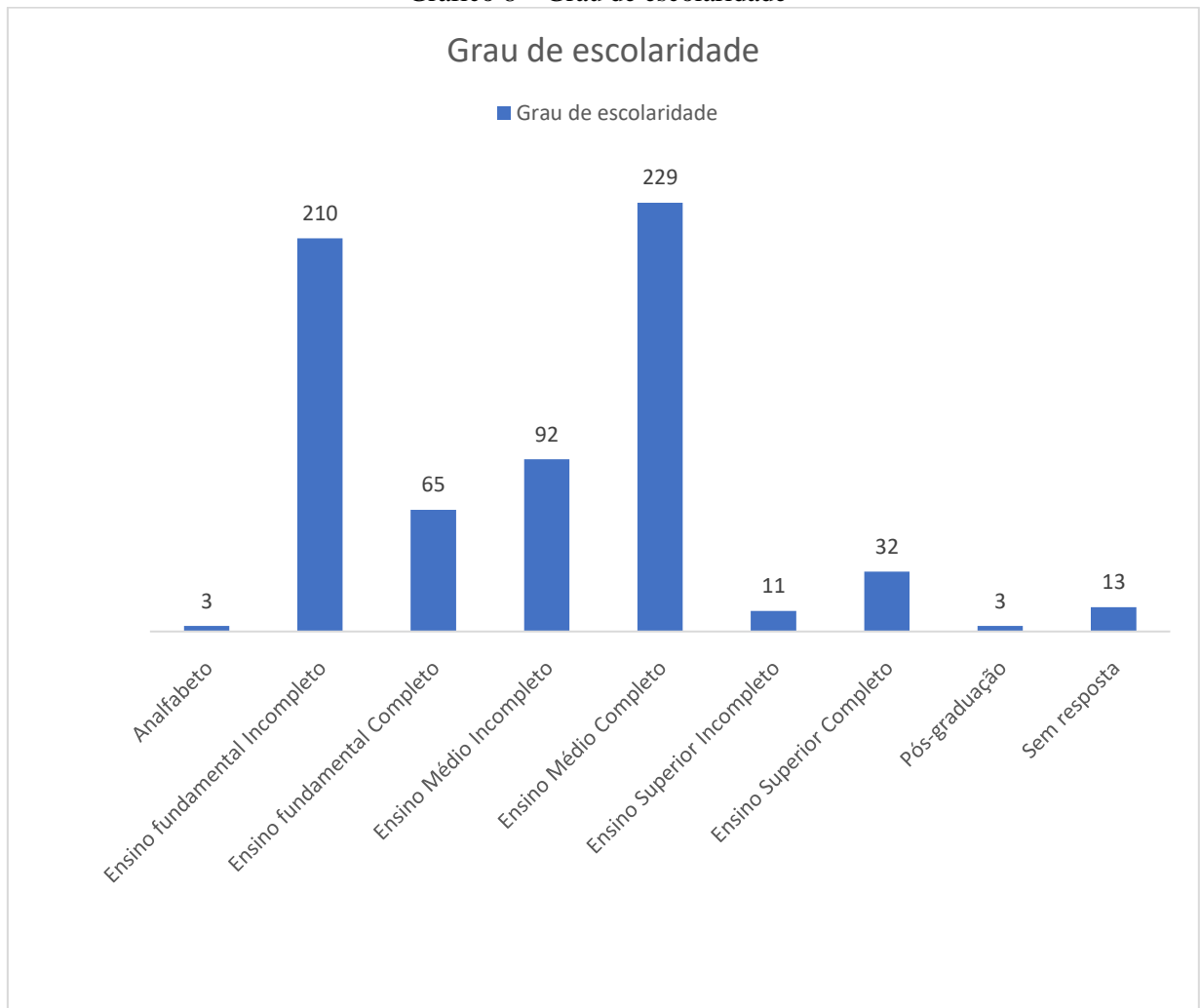
Gráfico 7 – Estado civil.



Fonte: Autora, 2022.

No item escolaridade, destaca-se os níveis de ensino fundamental incompleto e médio incompleto com 32% e 35% consecutivamente, o índice de analfabetismo é presente representando 1%.

Gráfico 8 – Grau de escolaridade



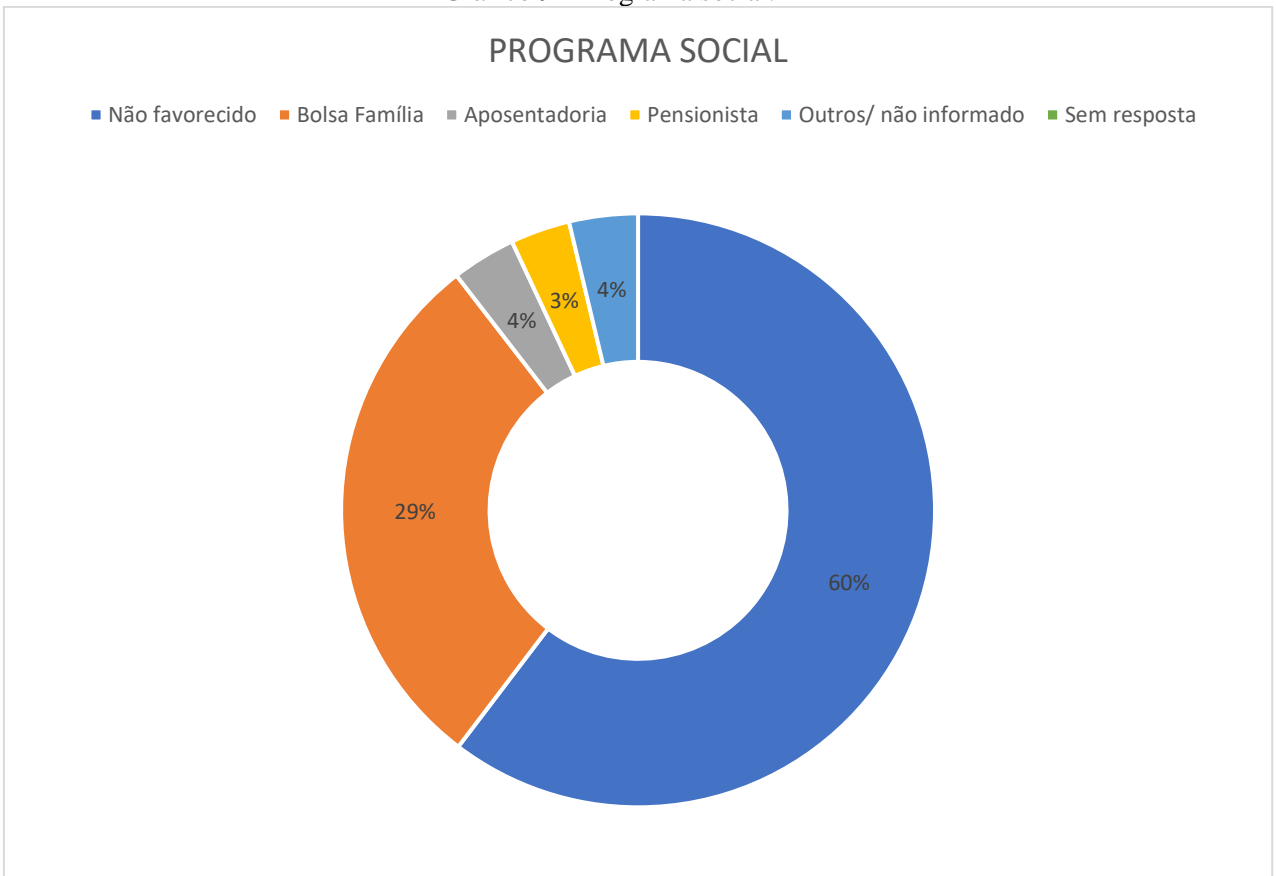
Fonte: Autora, 2022.

Como já destacado, as áreas de favela são em geral as alternativas mais comuns de moradia da população com renda baixa e média, a renda per capita da favela Bela vista é de 310,00 reais, a população com salário inferior ou igual a dois salários-mínimos correspondem a 88% conforme a tabela 3. Considerando a baixa renda observa-se a falta de auxílio governamental com assistência de programas sociais voltados a baixa renda, 60% da população não tem acesso a esses benefícios, como demonstrado no gráfico 9.

TABELA 03 – TAXA DE RENDA POR DOMICÍLIO.	
Domicílio com renda inferior a 1 salário-mínimo	167
Domicílio com renda entre a 1 e 2 salários-mínimos	206
Domicílio com renda superior a 2 salários-mínimos	53
* Considera-se o valor de R\$ 954,00, o valor vigente no ano de aplicação dos questionários.	

Fonte: Autora, 2023.

Gráfico 9 - Programa social.



Fonte: Autora, 2022.

CAPÍTULO VI

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação fez um mergulho no processo histórico de ocupação urbana brasileira (em especial, amazônica), destacando alguns agentes primordiais, tais como: o Estado, a desigualdade e a segregação socioespacial. O crescimento urbano desordenado acaba por gerar uma série de contradições que se apresentam na cidade, uma delas é objeto de pesquisa deste trabalho: a cidade informal, a favela.

É nesse contexto da ilegalidade urbana, onde predomina a ausência de políticas públicas em áreas periféricas, que esta pesquisa se inseriu, analisamos os aspectos vulnerabilidade social na área Bela Vista, município de Santarém, Estado do Pará, e através de uma associação com a municipalização de políticas públicas habitacionais em cidade médias, obtivemos um padrão de precariedade, esse padrão é presente na área Bela vista, como a invisibilidade perante o poder público e a instabilidade local.

A favela Bela Vista não possui reconhecimento legal perante o poder público. Nas análises documentais, foi possível detectar a ausência de evidências ou dados sobre a área. Esta pesquisa produz dados alarmantes, mas não surpreendentes. Onde ela conta com aproximadamente 4 mil famílias que se constituem em uma área de risco, próximo a encostas e morros, que configura como uma região com agravantes de desmoronamentos e inundações.

O crescimento urbano é quase que inseparável da exclusão social e a área Bela Vista se constituiu pela falta de alternativas, se tornando a favela a única alternativa. Nos dados coletados, conclui-se que 93% dos moradores não têm outra opção, restando apenas a favela como local de moradia. Os moradores e moradoras da favela de Bela Vista tem como traço comum os poucos recursos, baixa escolaridade, onde a grande maioria não completou o ensino fundamental e médio, e dispõe como única alternativa ocupar ilegalmente essa porção do território.

Bela Vista não possui o básico para uma ocupação urbana com dignidade, pois não oferta nenhum serviço básico aos moradores e moradoras. O fornecimento de energia elétrica, em sua grande parte, ainda é informal, e 39% dos domiciliados nem tem acesso a esse serviço. Se nas casas não há o abastecimento de energia, o acesso a iluminação pública é nenhuma; completamente inexistente. O que por si só, ocasiona insegurança e reduz a mobilidade urbana.

As moradias mesclam-se de forma precária em construções em madeira alvenaria, e resto de materiais, e não possuem banheiros adequados ou sistemas de água. O saneamento

básico, abastecimento hídrico e a drenagem urbana se mostram escassos em toda a extensão da área. A população necessita improvisar sistemas de abastecimento e a distribuição de água.

Os aspectos de vulnerabilidade, se destacam pela invisibilidade, insalubridade, ausência de políticas públicas urbanas e sociais. A exclusão e a segregação socioespacial se fazem visível nos mapas, nas fotografias e nos gráficos. As paisagens do abandono que são apresentadas pelas fotos representam o cotidiano daquelas famílias que ali residem.

A favela Bela Vista resiste cotidianamente ao abandono do poder público e segue na espera para que o bairro seja regularizado, além da legalização, os moradores e moradoras daquele território também acessem por direito ao que a cidade tem por dever ofertar: escolas, unidades básicas de saúde, saneamento básico, água encanada, entre outras políticas públicas necessárias para a sobrevivência e a mínima dignidade e qualidade de vida.

Ao pesquisar os aspectos que caracterizam áreas como favelas, e a vulnerabilidade que estão expostas, constatou-se a carência em definições de territórios urbanos, e a falta de indicadores de vulnerabilidades em escala intraurbana. A descrição da área e a sua caracterização permite novas pesquisas e estudos aprofundados sobre favelas e territórios urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. de. FRONTEIRAS, TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES. *Revista Da ANPEGE*, 2(02), 103–114. <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0009>, 2017.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2000/emendaconstitucional-26-14-fevereiro-2000-374043-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

_____. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Brasília: 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf. Acessado em: 08/12/2022.

BACELAR, Suyanne Galvão et al. Cidade à parte? um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas. 2020.

BARDIN, Laurence; DE CONTEÚDO, Análise. Lisboa: Edições 70. Obra original publicada em, 1977.

BRANDÃO, ANA. Entre rios e favelas: O PAC nas baixadas da Bacia da Estrada Nova e da Comundiade Taboquinha – Belém (PA). Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. [dissertação de mestrado], São Paulo, 2016.

BESERRA, Maria dos Remédios; MARIA TEIXEIRA, Solange. Urbanização e Segregação Socioespacial: O Papel do Estado no Planejamento Urbano. *Revista FSA*, v. 13, n. 3, 2016.

BUENO, Laura Machado de Mello Bueno. Contribuição para o conhecimento sobre as favelas no Brasil. O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

BURGOS, Marcelo baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, nº 1, 2005.

CASTRO, A; SIMÕES, A. Dinâmicas da formação das cidades Amazonicas. IN: Cidades e Bem Viver na Amazonia. (Orgs.) Reis, A; Pinho, E; Alves, L e Rodrigues, Y. 1ª ed. Ufopa, 2019.

CARDOSO, M; SOUZA, R; CHIBA, H; VIEIRA, T. Expansão urbana em Santarém, Pará: uma análise a partir da ocupação Vista Alegre do Juá. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios, 2017.

CASTILHO, Juliana Vargas de. A favelização do espaço urbano em São Paulo. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-doterritorio/tipologiasdoterritorio/15788aglomeradossubnormais.html?edicao=16119&t=sobre>>. Acesso em 01 jun. v. 23, 2010.

CICHOSKI, Pâmela; SAQUET, Marcos Aurelio. Concepções de Geografia, espaço e território nos Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. **Sociedade e Território**, p. 146-158, 2011.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. Editora Pini, 1990.

DAVIS, Mike. Planeta favela. Boitempo Editorial, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço urbano. Editora Afiliada. 4ª edição, 2004.

DE JANEIRO, Rio. Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR. 2011. O que é favela, afinal? / organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: Evolução e impasses. [Tese de Doutorado], Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FILHO, Silvio Almeida. “Vivendo de teimoso”: driblando a vulnerabilidade social na favela da Rocinha (1940 – 1980). ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

FREIRE, Letícia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana se torna uma política de significados. In: Dilemas, vol. I, 2008, p. 95-114.

FREIRE, Luis Mauro. Encostas e favelas: deficiências, conflitos e potencialidades no espaço urbano da favela Nova Jaguaré. [dissertação de mestrado] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, 2004.

HARKOT, Paulo F. Garreta. A urbanização não planejada como indutor de um país desigual, injusto e violento. Revista PUB – Diálogos interdisciplinares, 2019. Disponível em: <https://www.revista-pub.org/post/15082019>

JÚNIOR, Saint-Clair. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista IEB, n. 50, p. 13 – 138, 2010. _____ . Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. Mercator, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/WC3RHVY58mRxtYB9p857TQv/?lang=pt>

LAGO, Luciana Corrêa Carvalho do. Favela-loteamento reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. Cadernos Metrôpoles n9. São Paulo. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade Metodologia do. Do trabalho científico. **São Paulo: Atlas**, 2001.

LEITE, Gabriel Carvalho da Silva. Por um ordenamento Cívico do território. Dissertação de mestrado, Belém Pará, 2019.

LIMA, Felipe. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia – MG. 2016 [dissertação de mestrado] Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

LOEB, Rodrigo. Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação, 2019. [dissertação de mestrado], Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. Urbanização brasileira: redescobertas, 2003.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 2013.

_____. Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente. O Desafio da Sustentabilidade—um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 215-232, 2001.

_____. Informalidade urbana no Brasil: A lógica da cidade fraturada. In: A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. (Orgs.) Wanderley, L; Raichelis, R. São Paulo: EDUC, 2009.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva, 2000.

MAPBIOMAS. Crescimento das favelas no Brasil entre 1985 e 2020 equivale a 11 Lisboas, 2020. Disponível em: <https://mapbiomas.org/crescimento-das-favelas-no-brasil-entre-1985-e-2020-equivale-a-11-lisboas>

NAIFF, L; NAIFF, D. A favela e os moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 5, n. 2. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: O espaço no fim do século: a nova raridade. Orgs: DAMIANI, A; CARLOS, A; SEABRA, O. – São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Márcio. A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro. Revista eletrônica

Geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (34). [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24534.htm>

PASTERNAK, S. & D'OTTAVIANO, C. Favelas: intervention policies and practices regarding precarious dwelling in Brazil. In ALDRICH, Brian and SANDHU, Ravinder. Low-income household in the urbanizing world: retrospect and prospects. Jaipur: Rawat Publications, 2015.

PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. Estudos Avançados, v. 30, n. 86, p. 51-66, 2016.

_____. São Paulo e suas favelas. São Paulo, SP: USP, 2006.

_____. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da leitura territorial do Censo de 2010. Cadernos Metrópole. Dossiê: políticas públicas e formas de provisão da moradia, 2016.

PERES, Renata Bovo.; CHIQUITO, Elizangela de Aalmeida. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 2, p. 71-86, 2012

PIMENTEL, Marcos de Oliveira. Vulnerabilidade social e política habitacional: O caso do conjunto habitacional Parque Valdoriosa, Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro. 2015.

PINHEIRO, Diógenes. A cidade espetáculo e as favelas visibilidade e invisibilidade social. Revista Contexto & Educação, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cezar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. (orgs.) Freitas, C; Paula, R; Moura, J. – São Paulo: EDUFMA, 2015.

QUAINI, Massimo. As Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino: uma ligação de Geografia.

RABELLO, Sônia. Direito Urbanístico e Direito Administrativo: imbricação e inter-relações. Revista de Direito da Cidade, v. 1, n. 1, p. 247-260, 2006.

RAPOSO, Isabel; BÓGUS, Lucia; PASTERNAK, Suzana. Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil. São Paulo: EDUC, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar. Cidade e Cidadania: inclusão urbana e justiça social. Ciência e Cultura, v. 56, n. 2, São Paulo, 2004.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia), 1914. In: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 33-107. (Coleção Grandes Cientistas Sociais – 59)

RÊGO, Jacilene; CAVALCANTE, Maria. A territorialização das lutas e (re)existências no bairro Vista Alegre do Juá em Santarém – PA. XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2021.

ROMANELLI, Carla; ABIKO, Alex Kenya. Processo de Metropolização no Brasil. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil (TT/PCC/028). São Paulo, Escola Politécnica, 2011.

SANTAGADA, Salvatore. "Indicadores sociais: contexto social e breve histórico." Indicadores Econômicos FEE 20.4 (1993): 245-255.

SANTARÉM, Plano Diretor de Santarém, Lei nº 20.534, Santarém: Prefeitura municipal de Santarém. 2018.

SANTARÉM, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Portal da Transparência. Disponível em: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/contrato-0342022-62cc216753033.pdf> . Acessado em: 02 de dezembro de 2022.

_____. Regularização Fundiária Urbana. Disponível em: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1743/4_lei_n_20_852_d_e_16_12_2019_regularizacao_fundiaria_urbana.pdf. Acessado em: 03 de dezembro de 2022.

SANTOS, Luiz Eduardo. Renda fundiária e espaço urbano: o caso da “Península” da Ponta D’areia em São Luís do Maranhão. In: Desenvolvimento, Território, Trabalho e Renda.

SANTOS, B. O direito à cidade na Amazonia brasileira: um olhar sobre a cidade de Santarém. IN: Cidades e Bem Viver na Amazonia. (Orgs.) Reis, A; Pinho, E; Alves, L e Rodrigues, Y. 1ª ed. Ufopa, 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.121-142.

_____ ; BRISKIEVICZ; Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, n.13 v.1, 2000.

SANTOS, Luiz. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. Dossiê Caderno CRH, 2010.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. Periferia: Conceito, práticas e discursos: Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2006.

TELLES, Pedro. História da engenharia no Brasil: séculos XVI ao XIX. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

UN-HABITAT. (2003). Slums of the world: the face of urban poverty in the new millennium? London: Earthscan. Recuperado em 16 de abril de 2014.

VALIM, Morgana; RASGA, Mariana. Controle, intervenção e necropolítica: uma topografia da violência urbana nas favelas do Rio de Janeiro. Revista de sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica. Salvador, v. 4, n. 1, 2018.